

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	30
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	102

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	107

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	380.040
Preferenciais	0
Total	380.040
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	20.174.593	19.631.323
1.01	Ativo Circulante	3.904.827	4.301.772
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	132.384	421.090
1.01.02	Aplicações Financeiras	133	122
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	133	122
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	133	122
1.01.03	Contas a Receber	2.450.875	2.606.672
1.01.03.01	Clientes	2.450.875	2.606.672
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4.345.545	4.364.184
1.01.03.01.02	Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	-1.894.670	-1.757.512
1.01.06	Tributos a Recuperar	975.380	844.791
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	975.380	844.791
1.01.06.01.01	Impostos de renda e contribuições sociais compensáveis	168.288	139.928
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	807.092	704.863
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	346.055	429.097
1.01.08.03	Outros	346.055	429.097
1.01.08.03.01	Serviço em curso	45.144	44.894
1.01.08.03.02	Outros Créditos	137.500	119.276
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos - swap	0	76.903
1.01.08.03.04	Créditos a receber - subvenção e outros	163.411	188.024
1.02	Ativo Não Circulante	16.269.766	15.329.551
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.398.230	13.020.996
1.02.01.04	Contas a Receber	170.183	156.012
1.02.01.04.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	170.183	156.012
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.126.482	980.092
1.02.01.07.01	Tributos diferidos	1.126.482	980.092
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.101.565	11.884.892
1.02.01.10.03	Outros tributos compensáveis	2.117.352	2.269.837
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados a litígios	319.647	315.309
1.02.01.10.06	Ativo indenizável (concessão)	9.092.524	8.348.889
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	171.085	0
1.02.01.10.09	Ativos contratuais	1.400.957	950.857
1.02.03	Imobilizado	352.926	274.857
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	352.926	274.857
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	85.972	65.053
1.02.03.01.02	Ativo de direito de uso	168.610	117.334
1.02.03.01.03	Imobilizado em andamento	98.344	92.470
1.02.04	Intangível	1.518.610	2.033.698
1.02.04.01	Intangíveis	1.518.610	2.033.698
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.188.169	1.687.787
1.02.04.01.02	Softwares	329.495	344.926
1.02.04.01.03	Bens de renda	946	985

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	20.174.593	19.631.323
2.01	Passivo Circulante	7.729.288	6.520.761
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	90.958	64.980
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	90.958	64.980
2.01.01.02.01	Salários, provisões e encargos sociais	90.958	64.980
2.01.02	Fornecedores	1.567.967	1.345.459
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.567.967	1.345.459
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.308.220	1.241.792
2.01.02.01.03	Partes Relacionadas	259.747	103.667
2.01.03	Obrigações Fiscais	150.634	144.800
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	47.855	48.187
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	47.855	48.187
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	87.743	83.021
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	15.036	13.592
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.645.899	3.556.613
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.645.899	3.556.613
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.645.899	2.875.522
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	681.091
2.01.05	Outras Obrigações	1.273.830	1.408.909
2.01.05.02	Outros	1.273.830	1.408.909
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos -swap	0	30.405
2.01.05.02.06	Dividendos a pagar	236.821	236.821
2.01.05.02.07	Consumidores - desconto CDE	235.764	0
2.01.05.02.08	Geração Distribuída	85.642	61.829
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	223.038	312.935
2.01.05.02.10	Passivo financeiro setorial	24.640	261.203
2.01.05.02.11	Encargos setoriais	94.366	70.858
2.01.05.02.12	Obrigações por arrendamentos	63.744	41.998
2.01.05.02.13	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	309.815	392.860
2.02	Passivo Não Circulante	4.136.658	4.668.472
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	594.973	1.179.701
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	594.973	1.179.701
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	594.973	1.179.701
2.02.02	Outras Obrigações	2.694.096	2.705.931
2.02.02.02	Outros	2.694.096	2.705.931
2.02.02.02.04	Benefícios pós-emprego	195.907	212.839
2.02.02.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	53.308
2.02.02.02.06	Outras obrigações	54	141
2.02.02.02.08	Encargos setoriais	107.020	79.905
2.02.02.02.09	Obrigações por arrendamentos	119.027	85.818
2.02.02.02.10	Outras obrigações fiscais	11.788	15.077
2.02.02.02.11	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.260.300	2.258.843
2.02.04	Provisões	847.589	782.840
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	847.589	782.840
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.846	9.523

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	354.550	347.182
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	483.193	421.064
2.02.04.01.06	Outras provisões	0	5.071
2.03	Patrimônio Líquido	8.308.647	8.442.090
2.03.01	Capital Social Realizado	6.953.230	6.950.458
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.308	2.308
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	20.946	20.946
2.03.04	Reservas de Lucros	1.470.233	1.470.233
2.03.04.01	Reserva Legal	176.028	176.028
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.294.205	1.294.205
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-126.361	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-11.709	-1.855
2.03.08.02	Instrumentos financeiros derivativos - swap	-11.709	-1.855

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.404.848	6.971.901	2.249.611	6.328.641
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.169.664	-6.035.963	-1.944.306	-5.232.167
3.03	Resultado Bruto	235.184	935.938	305.305	1.096.474
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-163.560	-507.006	-78.249	-447.126
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-91.807	-245.730	-65.962	-257.159
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-123.150	-342.352	-44.656	-285.691
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	51.397	81.076	32.369	95.724
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	71.624	428.932	227.056	649.348
3.06	Resultado Financeiro	-257.855	-696.607	-228.491	-700.759
3.06.01	Receitas Financeiras	35.179	266.097	68.505	308.169
3.06.01.01	Receitas financeiras	34.838	129.074	32.037	128.186
3.06.01.02	Variações cambiais, líquidas	341	137.023	36.468	179.983
3.06.02	Despesas Financeiras	-293.034	-962.704	-296.996	-1.008.928
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-292.772	-823.050	-260.239	-828.207
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	-262	-139.654	-36.757	-180.721
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-186.231	-267.675	-1.435	-51.411
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	77.430	141.314	409	14.751
3.08.02	Diferido	77.430	141.314	409	14.751
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-108.801	-126.361	-1.026	-36.660
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-108.801	-126.361	-1.026	-36.660
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,2863	-0,3325	-0,004	-0,1437

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-108.801	-126.361	-1.026	-36.660
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-9.854	-764	47.087
4.02.01	Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	0	-17.741	0	34.919
4.02.02	Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós-emprego	0	6.032	0	-11.872
4.02.03	Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	0	2.811	-1.157	36.425
4.02.04	Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	0	-956	393	-12.385
4.03	Resultado Abrangente do Período	-108.801	-136.215	-1.790	10.427

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	777.043	772.881
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.299.171	1.391.244
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) no período	-126.361	-36.660
6.01.01.02	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	137.158	106.107
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	745.692	608.565
6.01.01.04	Provisões e atualizações monetárias para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórias	158.607	180.056
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias	517.852	470.158
6.01.01.06	Marcação a mercado de ativo indenizável	-294.865	-250.638
6.01.01.08	Tributos e contribuições social diferidos	-141.314	-14.751
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	10.596	23.522
6.01.01.11	Ativos e passivos financeiros setoriais	-58.965	-72.807
6.01.01.12	Perda de recebíveis de clientes	200.281	182.542
6.01.01.13	Instrumentos financeiros derivativos	25.050	-179.482
6.01.01.14	Variações cambiais da dívida	524	-1.457
6.01.01.15	Marcação a mercado da dívida	-596	-2.566
6.01.01.16	Instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado	-25.030	179.491
6.01.01.17	Atualização monetária de processos judiciais	123.702	69.256
6.01.01.18	Juros sobre obrigações de arrendamento	19.441	10.951
6.01.01.19	Juros sobre operações com instrumento derivativo	4.798	115.065
6.01.01.20	Baixa de ativo intangível/imobilizado	2.601	3.892
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-184.448	-177.610
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-195.814	-290.376
6.01.02.02	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-81.588	-265.500
6.01.02.03	Encargos setoriais	50.623	11.599
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-28.360	27.350
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	50.256	163.490
6.01.02.06	Consumidores - desconto CDE	235.764	0
6.01.02.07	Depósitos Vinculados	-4.338	-68.826
6.01.02.08	Outros Créditos	-18.224	43.669
6.01.02.09	Fornecedores	222.508	106.825
6.01.02.10	Folha de Pagamento	25.978	5.184
6.01.02.11	Geração distribuída	23.813	0
6.01.02.12	Outras obrigações fiscais	2.545	-60.890
6.01.02.13	Serviço em Curso	-250	4.946
6.01.02.14	Outros Passivos	-89.983	41.250
6.01.02.15	Passivo financeiros setoriais	-230.906	190.312
6.01.02.16	Subvenção CDE	24.613	-86.643
6.01.02.18	Ativos financeiros setoriais	-171.085	0
6.01.03	Outros	-337.680	-440.753
6.01.03.02	Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do juros capitalizados	-19.679	-76.239
6.01.03.04	Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento derivativo	-35.464	-97.623
6.01.03.05	Pagamentos de juros de arrendamento	-19.708	-11.397

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 30/09/2025	01/01/2024 à 30/09/2024
6.01.03.06	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-45.269	-39.533
6.01.03.07	Pagamentos de processos judiciais e outros riscos	-217.560	-215.961
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.113.350	-925.512
6.02.01	Títulos e valores mobiliários	-11	-6.893
6.02.02	Adições para ativo contratual	-1.160.930	-902.840
6.02.03	Adições para ativo imobilizado	-20.488	-15.779
6.02.04	Consumidores participação financeira	68.079	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	47.601	188.332
6.03.02	Integralização de capital	2.772	370.000
6.03.03	Captação de Empréstimos e Financiamentos	668.516	990.776
6.03.04	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-636.505	-1.149.483
6.03.05	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-41.583	-27.401
6.03.09	Recebimento de instrumento derivativo (principal)	54.401	4.440
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-288.706	35.701
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	421.090	65.262
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	132.384	100.963

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.950.458	23.254	1.470.233	0	-1.855	8.442.090
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.950.458	23.254	1.470.233	0	-1.855	8.442.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.772	0	0	0	0	2.772
5.04.08	Integralização de capital	2.772	0	0	0	0	2.772
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-126.361	-9.854	-136.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-126.361	0	-126.361
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9.854	-9.854
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-9.854	-9.854
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.953.230	23.254	1.470.233	-126.361	-11.709	8.308.647

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.438.230	23.254	912.095	0	-32.699	5.340.880
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.438.230	23.254	912.095	0	-32.699	5.340.880
5.04	Transações de Capital com os Sócios	370.000	0	0	0	0	370.000
5.04.01	Aumentos de Capital	850.000	0	0	0	0	850.000
5.04.08	Integralização de capital	-480.000	0	0	0	0	-480.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-36.660	47.087	10.427
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-36.660	0	-36.660
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	47.087	47.087
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.808.230	23.254	912.095	-36.660	14.388	5.721.307

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/09/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	10.290.899	9.590.877
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.259.690	8.695.462
7.01.02	Outras Receitas	81.076	97.109
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.092.203	902.840
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-142.070	-104.534
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.834.878	-5.171.059
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.454.081	-4.695.271
7.02.04	Outros	-380.797	-475.788
7.02.04.03	Outras despesas operacionais	-380.797	-475.788
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.456.021	4.419.818
7.04	Retenções	-745.692	-608.565
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-745.692	-608.565
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.710.329	3.811.253
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	266.097	308.169
7.06.02	Receitas Financeiras	266.097	308.169
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.976.426	4.119.422
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.976.426	4.119.422
7.08.01	Pessoal	255.314	206.642
7.08.01.01	Remuneração Direta	166.255	140.241
7.08.01.02	Benefícios	31.223	30.837
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.381	1.101
7.08.01.04	Outros	47.455	34.463
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	11.953	14.644
7.08.01.04.02	Participação nos Resultados	18.581	8.691
7.08.01.04.03	Previdência privada	16.921	11.128
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.902.798	2.969.173
7.08.02.01	Federais	1.148.421	1.248.884
7.08.02.02	Estaduais	1.749.787	1.715.516
7.08.02.03	Municipais	4.590	4.773
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	944.675	980.267
7.08.03.01	Juros	962.704	1.008.928
7.08.03.02	Aluguéis	-18.029	-28.661
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-126.361	-36.660
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-126.361	-36.660

Comentário do Desempenho

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2025 – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do terceiro trimestre (“3T25”) e dos nove meses (“9M25”) de 2025. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES



+ 6,9% na Receita Líquida do 3T25 vs. 3T24 e + 10,2% no acumulado do ano



+25,5% em Investimentos do 3T25 vs. 3T24 e +19,4% no 9M25 em atividades de novas conexões e manutenções



DEC atingiu o menor nível desde 2020, com melhora de 20,7% no DEC e 7,7% no FEC comparado ao mesmo período de 2024



+ 483 mil podas de árvores realizadas nos nove primeiros meses do ano



Incremento de +21,8% nos colaboradores próprios e de 5,9% nos colaboradores terceirizados, com um total de +995 pessoas, retificando o compromisso assumido pela empresa de melhoria contínua da qualidade do serviço e resiliência da rede



Redução de -27% na alavancagem sobre o Capital Total Empregado, atingindo apenas 35% de endividamento



Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI nº 7.324 (PIS/COFINS) – Mais detalhes disponíveis na nota explicativa 16.2 das Demonstrações Financeiras da Companhia

DESTAQUES DO PERÍODO

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Receita Bruta (R\$ mil)	3.613.238	3.322.298	8,8%	3.297.310	9,6%	10.351.893	9.598.302	7,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	2.404.848	2.249.611	6,9%	2.259.337	6,4%	6.971.901	6.328.641	10,2%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	330.338	430.743	-23,3%	328.573	0,5%	1.143.209	1.228.164	-6,9%
Margem EBITDA (%)*	13,74%	19,15%	-5,41 p.p	14,54%	-0,80 p.p	16,40%	19,41%	-3,01 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	16,17%	22,88%	-6,71 p.p	17,56%	-1,39 p.p	19,44%	22,64%	-3,20 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	71.624	227.056	-68,5%	82.053	-12,7%	428.932	649.348	-33,9%
Margem EBIT (%)*	2,98%	10,09%	-7,11 p.p	3,63%	-0,65 p.p	6,15%	10,26%	-4,11 p.p
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	(108.801)	(1.026)	>100,0%	(67.366)	61,5%	(126.361)	(36.660)	>100,0%
Margem Líquida	-4,52%	-0,05%	-4,47 p.p	-2,98%	-1,54 p.p	-1,81%	-0,58%	-1,23 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	-5,33%	-0,05%	-5,28 p.p	-3,60%	-1,73 p.p	-2,15%	-0,68%	-1,47 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.586	2.765	-6,5%	2.916	-11,3%	8.777	9.057	-3,1%
CAPEX (R\$ mil)*	409.821	326.560	25,5%	340.685	20,3%	1.064.598	891.974	19,4%
DEC (12 meses)*	7,72	9,74	-20,7%	7,84	-1,5%	7,72	9,74	-20,7%
FEC (12 meses)*	4,29	4,65	-7,7%	4,56	-5,9%	4,29	4,65	-7,7%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	96,42%	96,17%	0,25 p.p	95,91%	0,51 p.p	96,42%	96,17%	0,25 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	24,32%	23,84%	0,48 p.p	24,47%	-0,15 p.p	24,32%	23,84%	0,48 p.p
PMSO (4)/Consumidor*	138,48	100,80	37,4%	141,93	-99,7%	403,58	370,88	8,8%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 75% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 3,1 milhões de consumidores e envolve uma população estimada de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes¹.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T25.

¹ Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

DADOS GERAIS*

	3T25	3T24	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	59.393	59.255	0,2%
Linhas de Transmissão (Km)	3.764	3.767	-0,1%
Subestações (Unid.)	128	132	-3,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	12.055	11.754	2,6%
Marketshare no Brasil - N° de Clientes (2)	3,41%	3,44%	-0,03 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,14%	2,11%	0,03 p.p

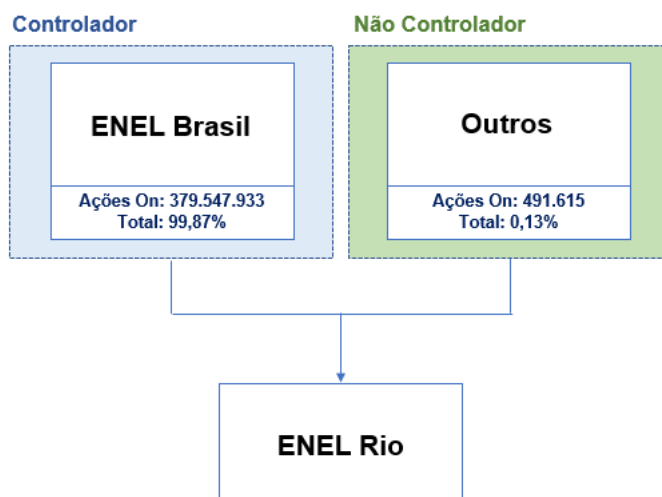
(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADÉE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de setembro de 2025



3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia*

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Mercado Cativo	3.123.824	3.098.792	0,8%	3.091.771	1,0%	3.123.824	3.098.792	0,8%
Residencial - Convencional	2.235.945	2.283.862	-2,1%	2.268.030	-1,4%	2.235.945	2.283.862	-2,1%
Residencial - Baixa Renda	657.664	585.994	12,2%	595.571	10,4%	657.664	585.994	12,2%
Industrial	3.154	3.945	-20,1%	3.077	2,5%	3.154	3.945	-20,1%
Comercial	142.334	140.524	1,3%	140.919	1,0%	142.334	140.524	1,3%
Rural	64.388	64.214	0,3%	63.976	0,6%	64.388	64.214	0,3%
Sector Público	20.339	20.253	0,4%	20.198	0,7%	20.339	20.253	0,4%
Clientes Livres	4.331	3.235	33,9%	4.153	4,3%	4.331	3.235	33,9%
Industrial	542	404	34,2%	500	8,4%	542	404	34,2%
Comercial	3.412	2.494	36,8%	3.253	4,9%	3.412	2.494	36,8%
Rural	38	37	2,7%	38	-	38	37	2,7%
Sector Público	323	296	9,1%	352	-8,2%	323	296	9,1%
Residencial	16	4	>100,0%	10	60,0%	16	4	>100,0%
Revenda	13	12	8,3%	13	-	13	12	8,3%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.128.168	3.102.039	0,8%	3.095.937	1,0%	3.128.168	3.102.039	0,8%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

O número de consumidores efetivos faturados no mercado cativo se manteve praticamente estável em relação ao registrado quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T25.

Comentário do Desempenho

Já os clientes livres, continuaram com a tendência de crescimento, com aumento de 33,9% no trimestre, refletindo a migração de clientes do mercado cativo, que se intensificou após a abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Mercado Cativo	1.538	1.741	-11,7%	1.795	-14,3%	5.502	5.969	-7,8%
Clientes Livres	936	914	2,4%	1.009	-7,2%	2.939	2.750	6,9%
Revenda	103	102	1,0%	104	-1,0%	309	312	-1,0%
Consumo Próprio	9	8	12,5%	8	12,5%	26	25	4,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.586	2.765	-6,5%	2.916	-11,3%	8.777	9.057	-3,1%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Residencial - Convencional	796	897	-11,3%	935	-14,9%	2.874	3.039	-5,4%
Residencial - Baixa Renda	238	251	-5,2%	277	-14,1%	896	899	-0,3%
Industrial	21	27	-22,2%	22	-4,5%	69	90	-23,3%
Comercial	222	285	-22,1%	270	-17,8%	810	1.002	-19,2%
Rural	29	32	-9,4%	30	-3,3%	94	109	-13,8%
Setor Público	233	249	-6,4%	260	-10,4%	760	831	-8,5%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	1.538	1.741	-11,7%	1.795	-14,3%	5.502	5.969	-7,8%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

O total de venda de energia no mercado cativo registrou uma redução de 11,7% e 7,8% respectivamente no trimestre e no ano comparado ao mesmo período do ano anterior, em decorrência do efeito da migração para o mercado livre e da menor temperatura no período quando comparado com 2024 (2,7 °C abaixo da média registrada no 3T24). O aumento da geração distribuída também impactou negativamente o consumo do mercado cativo como um todo.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Industrial	529	543	-2,6%	556	-4,9%	1.615	1.620	-0,3%
Comercial	277	248	11,7%	317	-12,6%	920	766	20,1%
Rural	23	23	-	29	-20,7%	81	81	-
Setor Público	105	98	7,1%	106	-0,9%	319	279	14,3%
Residencial	2	1	100,0%	2	-	5	3	66,7%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	936	914	2,4%	1.009	-7,2%	2.939	2.750	6,9%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 2,4% no 3T25 comparado ao mesmo trimestre do ano passado e 6,9% no 9M25 em comparação ao 9M24 em praticamente todas as classes de consumo, mesmo considerando as temperaturas mais amenas no período, em razão principalmente do crescimento do número de clientes, impulsionada pela migração para o mercado livre. No setor industrial, a redução observada reflete a queda no consumo de setores específicos, como químicos e óleo e gás.

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Itaipu	460	472	-2,5%	454	1,32%	1.363	1.404	-2,9%
Angra I e II	93	94	-1,1%	92	1,1%	275	280	-1,8%
PROINFA	42	44	-4,5%	39	7,7%	128	141	-9,2%
Leilão e Quotas	2.310	2.594	-10,9%	2.498	-7,5%	7.388	7.348	0,5%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.904	3.203	-9,3%	3.083	-5,8%	9.154	9.173	-0,2%
Liquidação na CCEE	(549)	(593)	-7,4%	(445)	23,4%	(611)	(99)	>100,0%
Total - Compra de Energia	2.355	2.610	-9,8%	2.638	-10,7%	8.543	9.074	-5,9%

(1) Variação entre 2T25 e 1T25

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T25.

Balanço de Energia*

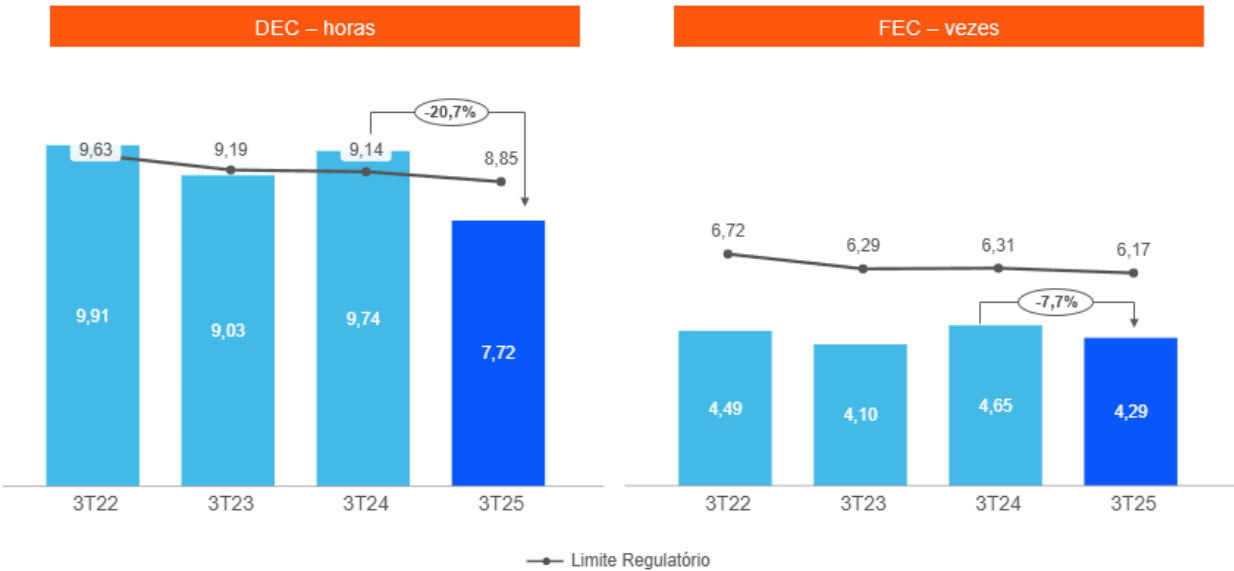
BALANÇO DE ENERGIA*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Energia requerida (GWh)	3.536	3.748	-5,7%	3.855	-8,3%	12.245	12.358	-0,9%
Energia fornecida (GWh)	2.763	2.899	-4,7%	3.089	-10,6%	9.354	9.512	-1,7%
Mercado Cativo	1.746	1.905	-8,3%	2.004	-12,9%	6.182	6.527	-5,3%
Mercado Livre	1.017	994	2,3%	1.085	-6,3%	3.172	2.985	6,3%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	772	849	-9,1%	766	0,8%	2.891	2.846	1,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	21,85%	22,66%	-0,81 p.p	19,86%	1,99 p.p	23,61%	23,03%	0,58 p.p

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

INDICADORES OPERACIONAIS

Qualidade do Fornecimento*



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 3T25, considerando os últimos 12 meses, os indicadores DEC e FEC apresentaram redução de 20,7% e 7,7% respectivamente em relação ao mesmo período em 2024. Destaca-se ainda que os indicadores de qualidade da Companhia, vêm em uma trajetória consistente de melhoria, em particular o DEC que atingiu em setembro de 2025, o menor nível desde 2020.

Tais resultados refletem, principalmente, as iniciativas da Companhia voltadas para melhoria da qualidade dos serviços, que englobam:

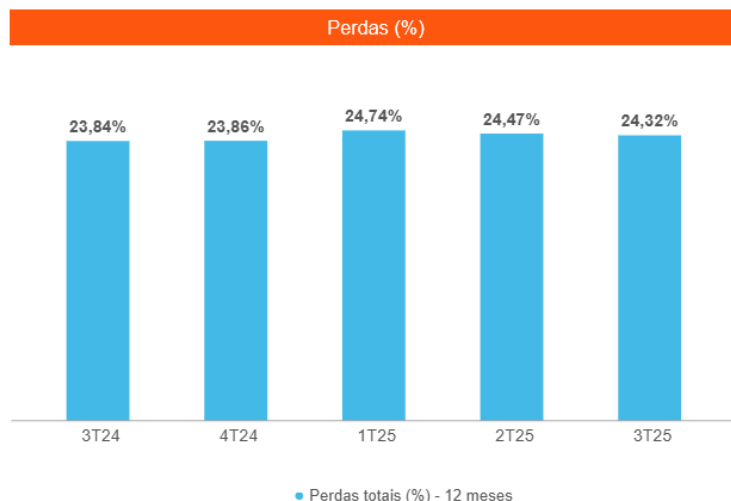
- Digitalização da rede, com aumento dos equipamentos tele controlados;
- Substituição de cabos de Média e Alta Tensão;
- Plano de melhoria do TMA (Tempo Médio de Atendimento);
- Projeto de primarização (*insourcing*) das equipes de emergência, poda e manutenção;
- Execução dos serviços preventivos de poda (previsão de 15% maior que 2024), limpeza de rede (77% maior que 2024) e manutenções preventivas (67% maior que 2024);
- Capacitação das equipes, por meio da Escola de Eletricistas em parceria com FIRJAN, SENAI e SESI.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T25.

Comentário do Desempenho

Por fim, observa-se que os níveis de DEC e FEC registrados no período estão dentro dos limites regulatórios estabelecidos na revisão tarifária (DEC: 8,85 / FEC: 6,17).

Disciplina de Mercado*

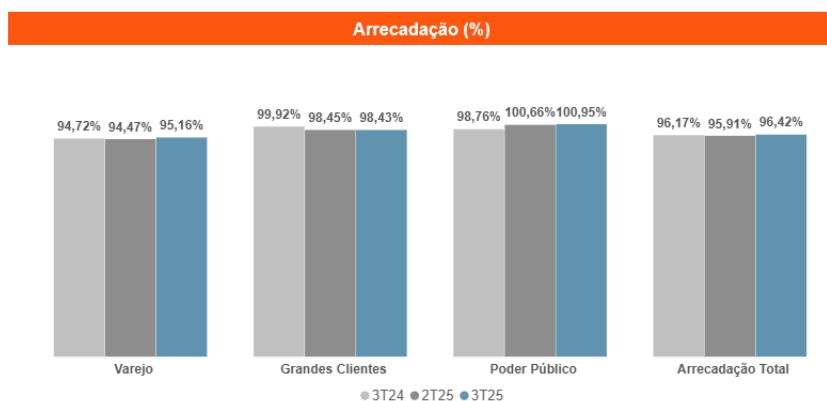


As perdas de energia LTM alcançaram o valor de 24,32% no 3T25, um aumento de 0,48 p.p. em relação às perdas registradas no 3T24 que foram de 23,84%.

A perdas não técnicas na área de risco representa 59,5% do total, com um crescimento + 0,10 p.p. quando comparadas entre os períodos 3T25 vs. 3T24.

O plano de combate às perdas de energia da Enel mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/autoreligadas ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial): tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência ou contrato inativo e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes ou sem contrato, passam a consumir energia de forma irregular. (III) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 83 GWh de energia no 3T25.

Arrecadação*



Em relação ao indicador de arrecadação, houve um leve crescimento de 0,25 pontos percentuais no 3T25 versus 3T24, reflexo da melhora no segmento do poder público, com negociações de dívida e melhora da performance de curto prazo em decorrência de ações de aproximação com os agentes públicos.

No segmento de Varejo, percebe-se também uma melhora na arrecadação comparado aos demais períodos, isso se deve a melhora no critério de

² O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 3T25.

Comentário do Desempenho

faturamento de clientes com consumo não regular (CNR) e melhora da performance das ações de cobrança. Destaca-se que a Companhia mantém constantemente a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência, tais como:

- i. Realização de 674 mil suspensões de fornecimento por meio de estratégia de concentração e comportamento de pagamento;
- ii. Negativações de 6,5 milhões de faturas;
- iii. 40 milhões de interação por meio de robôs, contato humano e whatsapp através das assessorias de cobrança;
- iv. Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com Poder Público;
- v. Negociações para 138 mil consumidores;

Além disso, a Enel Rio disponibiliza aos seus clientes diversas opções para quitação e negociação de débitos, tais como por cartão de débito/crédito, pix e boleto, financiamento com a própria distribuidora, levando em consideração o perfil de cada cliente.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Fornecimento de Energia	1.885.286	2.015.837	-6,5%	2.017.550	-6,6%	6.360.457	6.590.550	-3,5%
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	316.803	314.893	0,6%	331.975	-4,6%	1.002.039	906.668	10,5%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(29.723)	(25.105)	18,4%	(14.341)	>100,0%	(76.666)	(81.950)	-6,4%
Subvenção baixa renda	94.931	67.251	41,2%	71.537	32,7%	247.882	211.629	17,1%
Subvenção de recursos da CDE	111.776	98.875	13,0%	142.526	-21,6%	357.139	263.941	35,3%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo e Livre	2.379.073	2.471.751	-3,7%	2.549.247	-6,7%	7.890.851	7.890.838	0,0%
Ativos e passivos financeiros setoriais	651.045	312.329	>100,0%	194.164	>100,0%	792.402	364.048	>100,0%
Receita de Construção	362.286	366.964	-1,3%	388.421	-6,7%	1.092.203	902.840	21,0%
Marcação a mercado de ativo indenizável	61.474	52.839	16,3%	71.663	-14,2%	294.971	250.638	17,7%
Outras Receitas	159.360	118.415	34,6%	93.815	69,9%	281.466	189.938	48,2%
Total - Receita Operacional Bruta	3.613.238	3.322.298	8,8%	3.297.310	9,6%	10.351.893	9.598.302	7,9%
ICMS	(505.817)	(525.890)	-3,8%	(565.152)	-10,5%	(1.749.787)	(1.715.516)	2,0%
PIS	(43.003)	(38.256)	12,4%	(36.433)	18,0%	(115.245)	(108.812)	5,9%
COFINS	(198.074)	(176.209)	12,4%	(167.814)	18,0%	(530.826)	(501.550)	5,8%
ISS	(965)	(1.059)	-8,9%	(973)	-0,8%	(2.906)	(3.557)	-18,3%
Total - Tributos	(747.859)	(741.414)	0,9%	(770.372)	-2,9%	(2.398.764)	(2.329.435)	3,0%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(330.280)	(275.428)	19,9%	(211.393)	56,2%	(771.557)	(845.737)	-8,8%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(19.528)	(18.169)	7,5%	(17.923)	9,0%	(55.564)	(51.931)	7,0%
Encargos do consumidor - CCRBT	(108.003)	(35.249)	>100,0%	(35.494)	>100,0%	(146.084)	(35.192)	>100,0%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.720)	(2.427)	12,1%	(2.791)	-2,5%	(8.023)	(7.366)	8,9%
Total - Encargos Setoriais	(460.531)	(331.273)	39,0%	(267.601)	72,1%	(981.228)	(940.226)	4,4%
Total - Deduções da Receita	(1.208.390)	(1.072.687)	12,7%	(1.037.973)	16,4%	(3.379.992)	(3.269.661)	3,4%
Total - Receita Operacional Líquida	2.404.848	2.249.611	6,9%	2.259.337	6,4%	6.971.901	6.328.641	10,2%
Total - Receita Operacional Líquida desc. Receita de Construção	2.042.562	1.882.647	8,5%	1.870.916	9,2%	5.879.698	5.425.801	8,4%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

A receita operacional líquida da Enel Distribuição Rio registrou um aumento de 6,9% no 3T25 em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia alcançou o montante de R\$ 2,0 bilhões no 3T25, o que representa um aumento de 8,5% (R\$ 159,9 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,9 bilhão. Essa variação pode ser explicada principalmente por:

- Aumento de R\$ 338,7 milhões na linha ativos e passivos financeiros setoriais relacionado principalmente ao aumento do custo de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas no período;
- Aumento de R\$ 40,9 milhões em outras receitas devido ao aumento de venda de energia no curto prazo;

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- Queda de 6,5% no Fornecimento de Energia Elétrica no 3T25 frente ao mesmo período do ano anterior, ou seja, uma redução de R\$ 130,6 milhões, explicado pela redução do consumo associado a menor temperatura no período, pelo efeito da migração de classes para o mercado livre, além da menor tarifa em vigor durante o 3T25 versus 3T24 (0,27% no 3T25 vs. 3,45% no 3T24);
- Aumento nas deduções relacionadas aos encargos setoriais, na ordem de 41,0% ou R\$ 135,9 milhões versus o 3T24, sendo o principal efeito relacionado ao aumento de R\$ 72,8 milhões na linha encargos do consumidor CCRBT, relacionado à vigência das bandeiras vermelha patamar 1 (julho) e 2 (agosto e setembro) no 3T25 versus a vigência das bandeiras verde (julho), amarela (agosto) e vermelha (setembro)

Comentário do Desempenho

no 3T24 e ao aumento de R\$ 54,9 milhões na rubrica referente a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função do aumento da cota da CDE, homologada em agosto de 2025.

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Companhia apresentou uma variação positiva de 10,2%, ou R\$ 643,3 milhões, em relação ao mesmo período no ano anterior, totalizando R\$ 7,0 bilhões. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia no 9M25, alcançou o montante de R\$ 5,9 bilhões, um aumento de R\$ 453,9 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 5,4 bilhões.

Destaca-se a variação dos seguintes itens que compõem a receita operacional líquida no 9M25 versus 9M24:

- Aumento de R\$ 428,4 milhões na linha ativos e passivos financeiros setoriais relacionado principalmente ao aumento do custo de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas no período;
- Aumento de R\$ 95,4 milhões na receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda em razão do incremento no consumo do mercado livre;
- Aumento na rubrica de subvenção de recursos da CDE no total de R\$ 93,2 milhões em decorrência do incremento das cotas homologadas na última revisão tarifaria;
- Redução de R\$ 74,2 milhões nas deduções relacionadas à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE em função do efeito da suspensão do pagamento CDE Escassez e CDE Covid, conforme despacho Nº 3.056, de 9 de outubro de 2024.

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- Redução no Fornecimento de Energia Elétrica no 9M25 frente ao mesmo período do ano anterior, em R\$ 230,1 milhões, explicado pela redução do consumo associado a menor temperatura no período, pelo efeito da migração de classes para o mercado livre, além da menor tarifa em vigor durante o 9M25 versus 9M24 (tarifa média de 0,98% no 9M25 vs. 3,41% no 9M24);
- Aumento de R\$ 110,9 milhões nas deduções referentes aos encargos do consumidor CCRBT, em função da vigência das bandeiras vermelha patamar 1 e 2 entre junho e setembro de 2025 versus a predominância da bandeira verde na maior parte dos meses ao longo do 9M24.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.010.812)	(841.749)	20,1%	(837.074)	20,8%	(2.642.779)	(2.129.382)	24,1%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(306.817)	(331.165)	-7,4%	(288.681)	6,3%	(914.586)	(1.007.781)	-9,2%
Total - Não gerenciáveis	(1.317.629)	(1.172.914)	12,3%	(1.125.755)	17,0%	(3.557.365)	(3.137.163)	13,4%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(62.209)	(44.726)	39,1%	(57.707)	7,8%	(178.865)	(149.385)	19,7%
Material e Serviços de Terceiros	(192.450)	(150.099)	28,2%	(201.719)	-4,6%	(562.970)	(533.268)	5,6%
Depreciação e Amortização (D&A)	(258.714)	(203.687)	27,0%	(246.520)	4,9%	(714.277)	(578.815)	23,4%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(53.221)	8.952	<-100,0%	(52.358)	1,6%	(142.070)	(103.149)	37,7%
Custo de Construção	(362.286)	(366.964)	-1,3%	(388.421)	-6,7%	(1.092.203)	(902.840)	21,0%
Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	(47.447)	(33.279)	42,6%	(32.411)	46,4%	(114.635)	(133.250)	-14,0%
Perda de recebíveis de clientes	(69.929)	(53.608)	30,4%	(58.014)	20,5%	(200.282)	(182.542)	9,7%
Receita de multa por impuntualidade de clientes	38.583	33.706	14,5%	22.821	69,1%	83.327	90.013	-7,4%
Outras receitas/despesas operacionais	(7.922)	(39.936)	-80,2%	(37.200)	-78,7%	(63.629)	(48.893)	30,1%
Total - Gerenciáveis	(1.015.595)	(849.641)	19,5%	(1.051.529)	-3,4%	(2.985.604)	(2.542.129)	17,4%
Total - Gerenciáveis desc. Custo de construção e D&A	(394.595)	(278.990)	41,4%	(416.588)	-5,3%	(1.179.124)	(1.060.474)	11,2%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(2.333.224)	(2.022.555)	15,4%	(2.177.284)	7,2%	(6.542.969)	(5.679.293)	15,2%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

Os custos e despesas operacionais no 3T25 apresentaram um aumento de 15,4% (R\$ 310,7 milhões) em relação ao 3T24. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesas operacionais da Companhia alcançaram o montante de R\$ 1.970,9 milhões no 3T25, o que representa um aumento de 19,1%, ou seja, aumento de R\$ 315,3 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 1.317,6 milhões, montante 12,3% superior em relação ao valor registrado no 3T24 de R\$ 1.172,9 milhões, particularmente em razão do aumento da rubrica de energia elétrica comprada para revenda em R\$ 169,1 milhões devido ao aumento no custo de energia no 3T25 versus 3T24.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 3T25, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram aumento de R\$ 170,6 milhões em comparação ao mesmo período de 2024.

Os custos e despesas gerenciáveis no trimestre foram impactados pelas seguintes variações:

- Aumento de R\$ 17,5 milhões, ou 39,1% em custos de pessoal, referente principalmente programa de *insourcing*.
- Aumento de depreciação e amortização de R\$ 55,0 milhões relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, além do efeito relacionado à proximidade do final da concessão, quando os montantes amortizados tendem a aumentar.
- Aumento de R\$ 42,4 milhões em materiais e serviços de terceiros, relacionado à mobilização de colaboradores parceiros focados nos atendimentos emergenciais e na melhora dos indicadores de qualidade;
- Aumento de R\$ 78,5 milhões nas linhas de perda de recebíveis de clientes e provisões para créditos de liquidação duvidosa, explicada pela base de comparação no 3T24, quando houve uma reversão devido a renegociações e recuperação de dívidas de itens não relacionados ao fornecimento de energia, como por exemplo aluguel de postes. Além deste efeito, também contribuiu para o aumento o maior volume de *write-off* de cobranças relacionadas ao período da pandemia, que ultrapassaram o período de cinco anos;
- Aumento de R\$ 14,2 milhões na linha provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em decorrência principalmente da constituição de provisões relacionadas à processos cíveis e pequenas causas no 3T25 vs. 3T24.

Tais efeitos foram parcialmente compensados por:

- Redução de R\$ 32,0 milhões em outras receitas/despesas operacionais;
- Aumento de R\$ 4,9 milhões em receitas de multas por impontualidade dos clientes, relacionado a maior arrecadação de contas em atraso;

No acumulado do ano, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 3.557,4 milhões, resultado 13,4% ou R\$ 420,2 milhões superior em relação ao mesmo período em 2024 em razão do aumento de R\$ 513,4 milhões na rubrica relacionada a energia elétrica comprada para revenda.

Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 9M25, excluindo o efeito de custo de construção, apresentaram incremento de R\$ 254,1 milhões em comparação ao 9M24.

O aumento é explicado pelas seguintes variações:

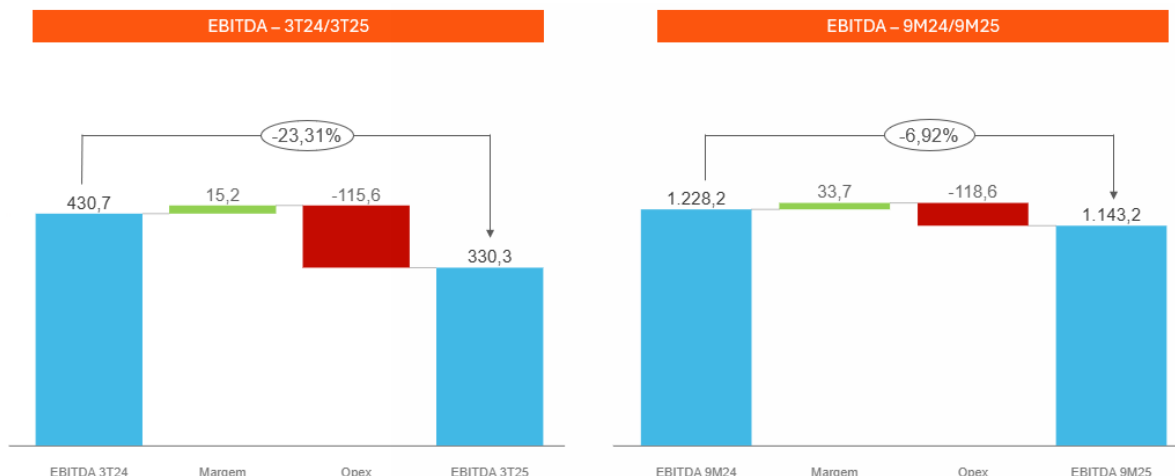
- Aumento de R\$ 29,5 milhões, ou 19,7% em custos de pessoal, relacionado ao programa *insourcing* e pagamento do bônus anual de desempenho;
- Aumento de depreciação e amortização de R\$ 135,5 milhões relacionado ao incremento na base de ativos da Companhia, além do efeito relacionado à proximidade do final da concessão, quando os montantes amortizados tendem a aumentar;
- Aumento de R\$ 29,7 milhões em materiais e serviços de terceiros, relacionado à mobilização de colaboradores parceiros focados nos atendimentos emergenciais e na melhora dos indicadores de qualidade;
- Aumento de R\$ 56,7 milhões nas linhas de perda de recebíveis de clientes e provisões para créditos de liquidação duvidosa, explicada principalmente pelo maior volume de *write-off* de cobranças relacionadas ao período da pandemia, que ultrapassaram o período de cinco anos;
- Aumento de R\$ 14,7 milhões em outras receitas/despesas operacionais;
- Redução de R\$ 6,7 milhões em receitas de multas e impontualidade dos clientes, relacionado a maior arrecadação de contas em atraso;

Tais efeitos foram parcialmente compensados por:

Comentário do Desempenho

- Queda de R\$ 18,6 milhões na linha provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em decorrência principalmente da redução no número de causas ingressadas no 9M25 vs. 9M24, além da maior base de comparação em 2024, onde o número de provisões estava elevado em razão dos eventos climáticos ocorridos ao final de 2023.

EBITDA*



O EBITDA da Enel Rio no 3T25 atingiu o montante de R\$ 330,3 milhões, o que representa uma redução de R\$ 100,4 milhões em relação ao 3T24 em decorrência principalmente do aumento dos custos e despesas operacionais excluindo custo de construção e depreciação e amortização (opex), afetado em grande parte pelo crescimento das rubricas de Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e perda de recebíveis, serviços de terceiros e pessoal.

No acumulado do ano, o EBITDA da Companhia totalizou R\$ 1,1 bilhão, o que representa uma redução de R\$ 85,0 milhões em relação ao valor registrado no 9M24 (R\$ 1,2 bilhão), em decorrência dos mesmos efeitos observados no trimestre.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Receitas Financeiras								
Renda de Aplicação Financeira	3.379	8.105	-58,3%	5.711	-40,8%	13.223	23.566	-43,9%
Juros e atualização financeira por impuntualidade de clientes	8.642	9.407	-8,1%	10.391	-16,8%	28.303	28.762	-1,6%
Dívida - Marcação a mercado	-	2.566	-100,0%	-	-	596	2.566	-76,8%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	-	(2.750)	-100,0%	-	-	-	1.457	-100,0%
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	25.064	14.948	67,7%	9.460	>100,0%	58.965	72.807	-19,0%
Juros fundo de pensão	2.825	-	-	-	-	2.825	-	-
Atualização de créditos tributários	(2.173)	1.379	<-100,0%	11.961	<-100,0%	30.071	5.713	>100,0%
Outras receitas financeiras	1.356	2.028	-33,1%	1.384	-2,0%	8.455	5.771	46,5%
(-) Crédito de PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(4.255)	(3.646)	16,7%	(4.026)	5,7%	(13.364)	(12.456)	7,3%
Total - Receitas Financeiras	34.838	32.037	8,7%	34.881	-0,1%	129.074	128.186	0,7%
Despesas financeiras								
Dívida - Marcação a mercado	-	1.675	-100,0%	-	-	-	-	-
Encargo de dívidas e mútuos	(200.571)	(161.721)	24,0%	(171.185)	17,2%	(517.852)	(470.157)	10,1%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(35.206)	(21.529)	63,5%	(28.712)	22,6%	(123.702)	(69.256)	78,6%
Encargo de fundo de pensão	(4.390)	(7.163)	-38,7%	(2.583)	70,0%	(10.575)	(21.488)	-50,8%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	-	(37.870)	-100,0%	-	-	(5.322)	(115.065)	-95,4%
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	(10.223)	(10.723)	-4,7%	(13.320)	-23,3%	(47.888)	(66.289)	-27,8%
Deságio financeiro - subsídio CDE	(12.802)	-	-	-	-	(12.802)	-	-
Outras despesas financeiras	(29.580)	(22.908)	29,1%	(23.391)	26,5%	(104.909)	(85.951)	22,1%
Total - Despesas Financeiras	(292.772)	(260.239)	12,5%	(239.191)	22,4%	(823.050)	(828.206)	-0,6%
Variações Cambiais	79	(289)	<-100,0%	(2.580)	<-100,0%	(2.631)	(738)	>100,0%
Variações cambiais - Empréstimos	-	(36.306)	-100,0%	-	-	25.030	(179.492)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	-	36.304	-100,0%	-	-	(25.050)	179.482	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	79	(287)	<-100,0%	(2.580)	<-100,0%	(2.611)	(728)	>100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(257.855)	(228.491)	12,9%	(206.890)	24,6%	(696.607)	(700.758)	-0,6%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

O resultado financeiro da Companhia apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 257,9 milhões, uma redução de R\$ 29,4 milhões em relação ao registrado no 3T24. Essa variação é explicada, principalmente, por:

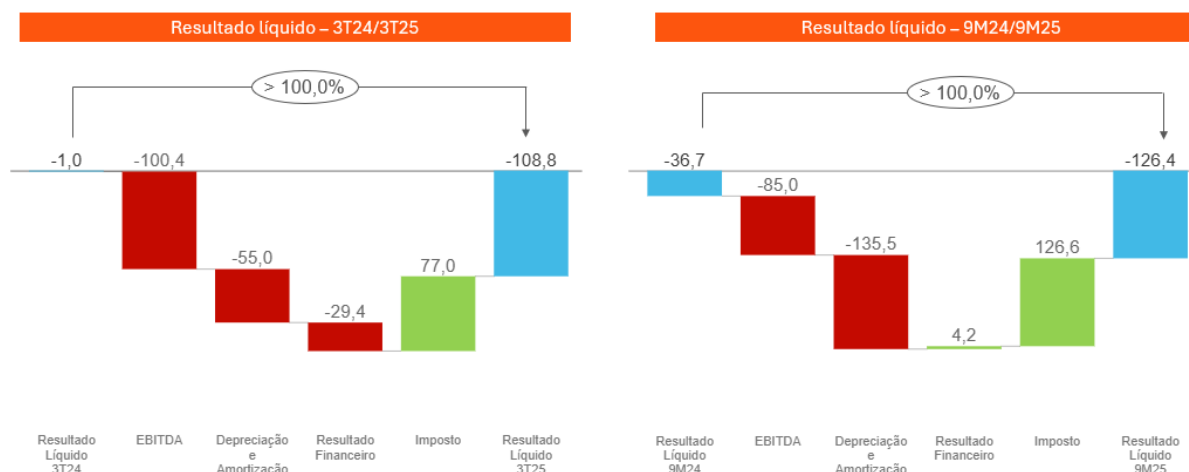
- Aumento de R\$ 13,7 milhões na rubrica de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Aumento de R\$ 12,8 milhões na rubrica de Deságio financeiro - subsídio CDE devido à antecipação de parte dos créditos homologados referente a este subsídio.

No acumulado do ano, o resultado financeiro apresentou uma despesa líquida de R\$ 696,6 milhões, com uma ligeira redução de R\$ 4,2 milhões, mas permanecendo praticamente em linha em relação ao montante registrado no 9M24 (R\$ 700,8 milhões).

Esta leve variação pode ser explicada, principalmente, pela redução de despesa líquida no total de R\$ 58,6 milhões nas rubricas de dívida (Dívida – Marcação a mercado, instrumento financeiro derivativo hedge/swap, encargos de dívidas e mútuos, variações cambiais – empréstimos e variações cambiais – instrumentos financeiros de hedge) decorrente da redução no volume de dívida da Companhia.

Tal efeito foi parcialmente compensados por um aumento de R\$ 54,4 milhões na rubrica de atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel Rio registrou prejuízo líquido de R\$ 108,8 milhões no 3T25, o que representa uma redução de R\$ 107,8 milhões em relação ao 3T24 em decorrência principalmente da redução do EBITDA e aumento da despesa financeira líquida, conforme comentado anteriormente.

No acumulado do ano, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 126,4 milhões, o que representa uma redução de R\$ 89,7 milhões em relação ao 9M24, reflexo do menor EBITDA registrado no período.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	5.240.872	6.463.868	-18,9%	4.840.300	8,3%	5.240.872	6.463.868	-18,9%
Dívida com Terceiros	203.817	421.492	-51,6%	-	-	203.817	421.492	-51,6%
Dívida Intercompany	5.037.055	6.042.376	-16,6%	4.840.300	4,1%	5.037.055	6.042.376	-16,6%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	132.517	228.858	-42,1%	192.967	-31,3%	132.517	228.858	-42,1%
Dívida líquida (R\$ mil)	5.108.355	6.235.010	-18,1%	4.647.333	9,9%	5.108.355	6.235.010	-18,1%
Dívida Bruta / EBITDA Ajustado(2)*	2,40	2,99	-19,7%	2,21	8,6%	2,40	2,99	-19,8%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado(2)*	2,34	2,89	-19,0%	2,12	10,4%	2,34	2,89	-19,0%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,39	0,53	-27,1%	0,37	5,9%	0,39	0,53	-27,1%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,38	0,52	-27,0%	0,36	7,0%	0,38	0,52	-27,0%

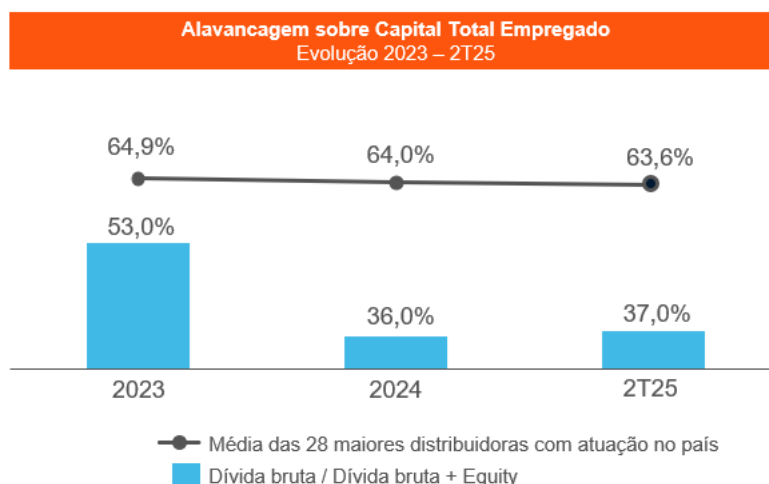
(1) Variação entre 3T25 e 2T25

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa + Recuperação/Perda de recebíveis de clientes + Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas

Comentário do Desempenho

A dívida bruta da Companhia reduziu R\$ 1.223 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente por: (i) amortizações em torno de R\$ 1.188 milhões; (ii) pagamento de encargos em aproximadamente R\$ 132 milhões, e (iii) capitalização de mútuos no valor de R\$ 1.249 milhões; parcialmente compensados por (iv) novas captações no montante de R\$ 669 milhões para capital de giro e refinanciamento de dívidas, sendo R\$ 469 milhões referentes à mútuos com sua controladora Enel Brasil e R\$ 200 milhões com o mercado; e (v) provisão de encargos e variações monetárias de R\$ 692 milhões.

Após o aporte de capital realizado recentemente pelo controlador no montante de R\$2,5 bilhões, a Companhia apresenta uma Alavancagem sobre o Capital Total Empregado de 37% no segundo trimestre de 2025 contra 36% em 2024.



A Enel Distribuição Rio encerrou 3T25 com o custo médio de dívida de 15,72% a.a.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 22 de agosto de 2025, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia tem acesso direto a linha de crédito compartilhada, contratada pela Enel Brasil com banco de primeira linha, no valor máximo de R\$ 400 milhões para a distribuidora.

A Companhia conta com o apoio financeiro do Grupo Enel, por meio da Enel Finance International (EFI), da Enel Brasil e de várias de suas afiliadas, disponibilizando recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências prévias da Aneel, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021.

A Companhia solicitou ao Regulador autorização para renovação das operações de mútuos financeiros que vencem em 2025, com a intenção de manter o suporte financeiro direto do controlador, para 2025 e anos posteriores. Contudo, em 21 de outubro de 2025, por meio de deliberação de sua Diretoria Colegiada, a Aneel negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Enel Distribuição Rio, indeferindo o pedido de anuência prévia quanto ao aditamento e pedido de refinanciamento, com recursos do Grupo Enel, dos contratos de mútuos que vencem em 2025 e que atingiram o limite de prazo de 48 meses.

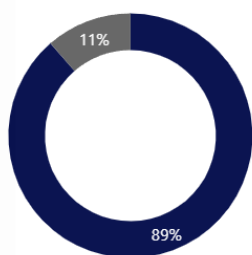
Comentário do Desempenho

A Companhia está avaliando as possíveis opções financeiras para viabilizar o refinanciamento e reperfilamento dos mútuos em operações de crédito com terceiros, com vistas à preservação da estabilidade financeira da Companhia e à continuidade de sua estratégia de gestão financeira.

Para a realização de financiamentos com bancos e captações no mercado de capitais, a Companhia pode utilizar, quando necessário e conveniente, a garantia da Enel Brasil e, eventualmente, de outras empresas do Grupo.

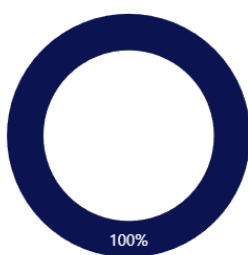
A capacidade de suporte do Grupo Enel à Companhia é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 30 de setembro de 2025 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo classificada como AAA (bra) pela Fitch.

Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Set/25



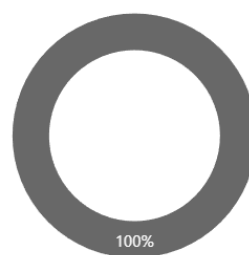
● Curto Prazo ● Longo Prazo

Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em Set/25



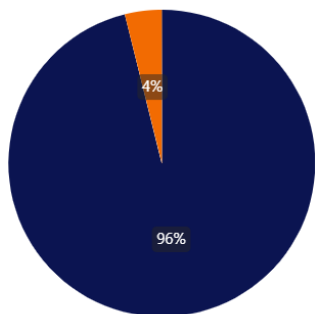
● Reais (BRL)

Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Set/25



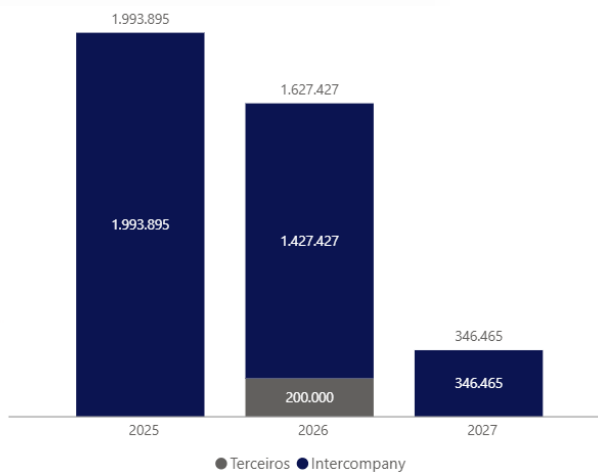
● CDI

Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em Set/25



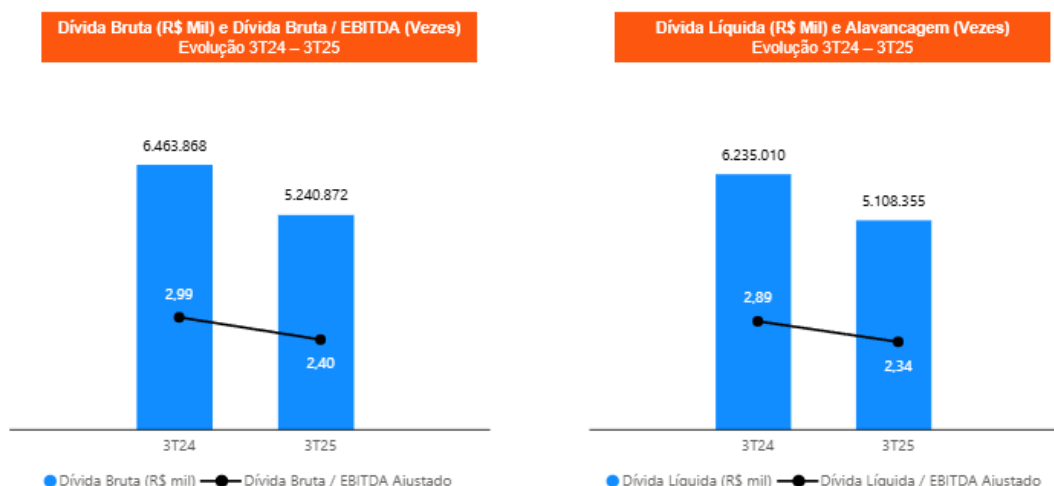
● Mútuo ● Bancos Privados

Curva de Amortização de saldo de dívida com SWAP (R\$ Mil)
Posição Final em Set/25



● Terceiros ● Intercompany

Comentário do Desempenho



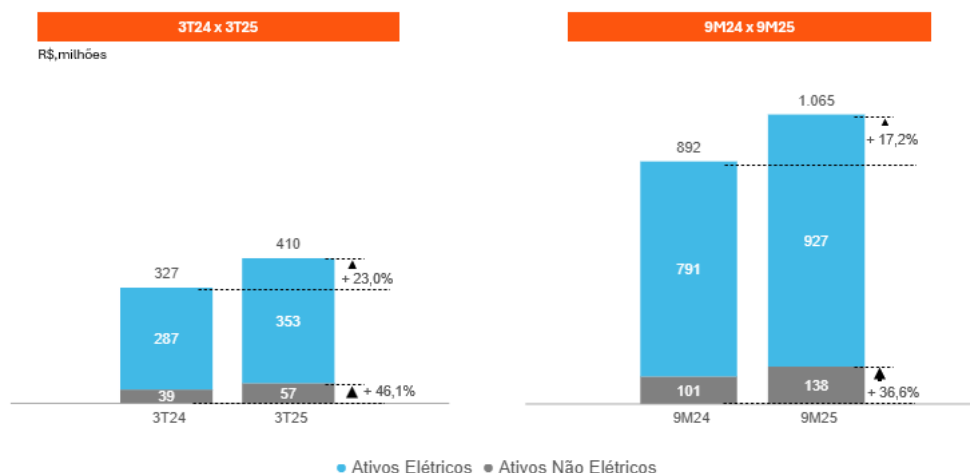
Investimentos*

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Manutenção	131.633	94.982	38,6%	129.996	1,3%	384.402	277.443	38,6%
Crescimento	154.833	104.536	48,1%	95.324	62,4%	332.559	222.485	49,5%
Novas Conexões	118.049	124.662	-5,3%	115.116	2,5%	329.568	385.476	-14,5%
Financiado pela Companhia	404.515	324.180	24,8%	340.436	18,8%	1.046.529	885.404	18,2%
Financiado pelo Cliente	5.306	2.380	>100,0%	249	>100,0%	18.070	6.570	>100,0%
Total	409.821	326.560	25,5%	340.685	20,3%	1.064.598	891.974	19,4%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

Ativos Elétricos e Não Elétricos



Durante o 1T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números de 2024 foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu no 3T25 o total de R\$ 409,8 milhões, montante 25,5% ou R\$ 83,3 milhões superior ao valor registrado no 3T24. Do volume investido no 3T25. Do total investido no trimestre, destacam-se: (i) R\$ 131,6 milhões investidos para atividades de manutenção, sendo R\$ 81,4 milhões para as atividades relacionadas a manutenção corretiva; (ii) R\$123,4 milhões investido para novas conexões (R\$ 118,1 milhões de recursos próprios e R\$ 5,3 milhões financiados pelos clientes); e (iii) na parte de crescimento foram investidos R\$ 154,8 milhões, com destaque com destaque para atividades voltadas ao programa de Qualidade para melhoria dos serviços (R\$ 63,9 milhões), e ao programa de redução de perdas, programa de investimento específico destinado a reduzir as perdas de rede justificadas por avaliações técnicas por meio de inspeções de fraude (R\$ 23,7 milhões).

No acumulado do ano, a Companhia investiu no 9M25 o total de R\$ 1,1 bilhão, montante 19,4% superior ao valor registrado no mesmo período do ano anterior.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

6

ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e valores como **confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito**.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores cruciais no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, além dos direcionares de negócio. A partir disso, os objetivos são desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, que farão parte do Plano de Sustentabilidade, revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel, abrange o ciclo 2025-2027 e estabelece objetivos ASG específicos em 5 grandes temas: Ambição Zero Emissões, Grupos de Interesse, Natureza, Direitos Humanos e Aceleradores de Crescimento.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – *Assessment Ambiental*, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a Enel e o programa *ECoS- Extra-checking on site* que verifica a performance ambiental dos processos Enel. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

Com o objetivo de gerar valor compartilhado para a sociedade e comunidades locais, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social onde a Enel está inserida, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente de energia e cidadania, além de geração de renda e empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Dessa forma, ao final do terceiro trimestre de 2025, a Enel Distribuição Rio acumulou o investimento de R\$ 15,9 milhões e beneficiou 98.637 pessoas por meio de 99 iniciativas. Como destaque do período, relacionamos alguns projetos do programa Enel Compartilha:

Enel Compartilha Cidadania realiza parcerias com Secretarias Municipais de Assistência Social – ODS 7

Julho marcou o início da participação do projeto Enel Compartilha Cidadania em ações voltadas junto a prefeituras para orientações sobre as novas regras de cadastro na Tarifa Social de Energia. Com as mudanças promovidas em junho pela Medida Provisória 1300, do Governo Federal, estima-se que cerca de 150 mil famílias passem a ter direito ao benefício na área de concessão da Enel Rio. Já foram realizadas parcerias com Secretarias Municipais de Assistência Social dos municípios de São Gonçalo, Campos dos Goytacazes, Magé, Silva Jardim, Angra dos Reis e Paraty para capacitações junto aos CRAS municipais e estão previstas novas parcerias até o fim de 2025 com os municípios de Niterói, São José do Vale do Rio Preto e Varre-Sai.

Workshop Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética – ODS 7

Em julho, foi realizado o evento (presencial e *on-line*), de forma simultânea, entre as empresas de Distribuição do grupo Enel (Rio, Ceará e São Paulo). Durante o *workshop* foram apresentados pela Enel os valores disponibilizados pela CPP, sendo R\$ 5 milhões para a Enel Rio, além dos critérios de elegibilidade para apresentação das propostas pelas empresas e clientes interessados. O evento também abriu espaço para esclarecimento de dúvidas da plateia e dos internautas em relação às regras do edital. Está previsto para dezembro a divulgação do resultado da CPP 2025.

Workshop CPP Bônus – ODS 7

Em julho, a Enel Distribuição Rio lançou a Chamada Pública para o projeto Bônus Eficiente Enel, que consiste na troca de eletrodomésticos com 50% de desconto, voltada para clientes residenciais e de baixa renda. Ao todo, serão disponibilizados R\$ 5 milhões para apresentação de projetos por empresas com experiência comprovada na gestão de programas de bônus para substituição de eletrodomésticos, com capacidade de atender aos requisitos

Comentário do Desempenho

técnicos e regulatórios da ANEEL, redes varejistas e empresas especializadas em descarte correto e logística reversa de equipamentos.

Rede de lideranças amplia suporte a ações seguras e emergenciais em 2025 – ODS 17

A Rede de Lideranças tem se consolidado como parceira estratégica no atendimento a ocorrências emergenciais como falta de energia e cabos partidos, além de podas de árvores e serviços de manutenção. Com atuação em 20 municípios e 12 frentes de trabalho, o projeto fortalece diariamente a parceria entre líderes comunitários e equipes da Enel, garantindo maior agilidade e segurança na execução dos serviços. Até setembro, mais de 55 mil clientes já foram atendidos a partir de demandas encaminhadas pelas lideranças locais. No segundo trimestre de 2025, a Rede também reforçou sua atuação com a revisão dos acordos de convivência e a padronização das tratativas nos grupos de *WhatsApp*, garantindo mais eficiência no atendimento comunitário.

Olimpíada Nacional de Eficiência Energética – ODS 7

A Olimpíada Nacional de Eficiência Energética (ONEE), promovida pela ANEEL e coordenada pela ABRADDEE, busca conscientizar estudantes e educadores sobre o uso eficiente da energia. Para incentivar a participação em sua área de concessão, a Enel Rio realizou 11 Blitz de Eficiência Energética em escolas públicas e privadas. O período de inscrições, encerrado em 5 de outubro, registrou a participação de 3.772 alunos e 267 educadores de 125 escolas, em 30 municípios na área de concessão da Enel Rio. A próxima fase ocorrerá em formato *online*, com desafios e premiações que incluem medalhas, *notebooks*, viagem à Brasília e vales-presente.

Indicadores ASG - Enel Rio*

Indicadores

	3T25	3T24
Colaboradores próprios (unit)	2.354	1.932
Colaboradores terceirizados (unit)	10.303	9.730
% de mulheres na Empresa	12,0%	13,4%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	19,6%	20,4%
Taxa de Rotatividade (2)	7,3%	9,4%
Número de membros no conselho (unit)	5	6
% de mulheres no conselho	20,0%	16,7%
Beneficiados pelos projetos sociais (3)	98.637	120.200
Resíduos perigosos enviados para recuperação	99%	99%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	83%	94%
Avaliação de fornecedores ambientais (4)	8	5
Realização de ECoS Ambiental (5)	1	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) O número do 3T24 foi adaptado a fim de refletir uma mudança nos critérios de contabilização de alguns projetos realizada no final de 2024; (4) Meta 2025: 10 ; (5) Meta 2025: 1

ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 11 de março, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2025, Resolução Homologatória nº 3.435/2025.

A aprovação do Reajuste Tarifário Anual de 2025 da Companhia foi de um índice de reajuste de -4,72% composto por (i) reajuste econômico de +2,09%, sendo +0,32% de Parcela A, +1,78% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -6,82%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de +5,00%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +0,27%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Reajuste tarifário

Encargos setoriais	-0,06%
Energia comprada	1,50%
Encargos de transmissão	-1,18%
Receita irrecuperável	0,05%
Parcela A	0,32%
Parcela B	1,79%
Reajuste econômico	2,09%
CVA total	-0,88%
Outros itens financeiros	-5,94%
Reajuste financeiro	-6,82%
Índice de reajuste total	-4,72%
Componentes financeiros do processo anterior	5,00%
Efeito para o consumidor	0,27%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +0,5%, representando +0,32% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.434 milhões. Um decréscimo de -0,3%, representando -0,06% no reajuste econômico;
- Energia Comprada: R\$ 2.854 milhões. O aumento de +4,6% decorre principalmente do aumento do custo unitário de contratos dos CCEARs por disponibilidade. O custo de compra de energia representa +1,55% no reajuste econômico, englobando a receita irrecuperável da Companhia; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 1.100 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de -8,3%%, correspondendo a um efeito de -1,18% no reajuste econômico, devido a redução das tarifas na rede básica.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +5,1%, representando uma participação de +1,78% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +5,08% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2025; e
- Fator X de -0,26%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,464%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,427%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 574.358, dentre os quais destacam-se: negativo de R\$ 74.088, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da sobrecontratação de R\$ 33.918; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 268.637; sendo estes valores parcialmente compensados pela previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 174.785.

O reajuste tarifário médio de +0,27% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Comentário do Desempenho

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	-3,35%
Baixa Tensão	+1,31%
Efeito Médio	+0,27%

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Desde dezembro de 2024 até abril de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estavam favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde. Em maio de 2025 o acionamento da bandeira foi amarela devido a redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano, tornando as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios, para os próximos meses, abaixo da média.

Já em junho de 2025 o acionamento da bandeira tarifário foi vermelha patamar 1, pois o cenário de afluições estava abaixo da média em todo o Brasil, reduzindo a projeção de geração hidráulica e aumentando a geração térmica. Este mesmo cenário permaneceu em julho de 2025, o que acarretou na manutenção do acionamento da bandeira tarifária em vermelha patamar 1. Porém em agosto e em setembro de 2025 o cenário de escassez se agravou, sendo necessário o acionamento do patamar 2 da bandeira vermelha.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2024 e 2025, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:



Comentário do Desempenho

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

ANEXO 1

	3T25	3T24	Var. %	9M25	9M24	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.613.238	3.322.298	8,8%	10.351.893	9.598.302	7,9%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo e Livre	2.379.073	2.471.751	-3,7%	7.890.851	7.890.838	0,0%
CVA	651.045	312.329	>100,0%	792.402	364.048	>100,0%
Receita de Construção	362.286	366.964	-1,3%	1.092.203	902.840	21,0%
Outras Receitas	220.834	171.254	29,0%	576.437	440.576	30,8%
Deduções da Receita Operacional	(1.208.390)	(1.072.687)	12,7%	(3.379.992)	(3.269.661)	3,4%
Receita Operacional Líquida	2.404.848	2.249.611	6,9%	6.971.901	6.328.641	10,2%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.317.629)	(1.172.914)	12,3%	(3.557.365)	(3.137.163)	13,4%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.010.812)	(841.749)	20,1%	(2.642.779)	(2.129.382)	24,1%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(306.817)	(331.165)	-7,4%	(914.586)	(1.007.781)	-9,2%
Custo/Despesa Operacional	(1.015.595)	(849.641)	19,5%	(2.985.604)	(2.542.129)	17,4%
Pessoal	(62.209)	(44.726)	39,1%	(178.865)	(149.385)	19,7%
Material e Serviços de terceiros	(192.450)	(150.099)	28,2%	(562.970)	(533.268)	5,6%
Depreciação e amortização	(258.714)	(203.687)	27,0%	(714.277)	(578.815)	23,4%
Provisões	(100.668)	(24.327)	>100,0%	(256.705)	(236.399)	8,6%
Custo de construção	(362.286)	(366.964)	-1,3%	(1.092.203)	(902.840)	21,0%
Outros	(31.346)	(19.902)	57,5%	(116.955)	(92.529)	26,4%
Outras receitas/despesas operacionais	(7.922)	(39.936)	-80,2%	(63.629)	(48.893)	30,1%
EBITDA	330.338	430.743	-23,31%	1.143.209	1.228.164	-6,92%
EBIT	71.624	227.056	-68,5%	428.932	649.348	-33,9%
Resultado Financeiro	(257.855)	(228.491)	12,9%	(696.607)	(700.759)	-0,6%
Receita Financeira	34.838	32.037	8,7%	129.074	128.186	0,7%
Despesa Financeira	(292.772)	(260.239)	12,5%	(823.050)	(828.207)	-0,6%
Variações Cambiais	79	(289)	<-100,0%	(2.631)	(738)	>100,0%
Resultado antes dos impostos	(186.231)	(1.435)	>100,0%	(267.675)	(51.411)	>100,0%
IR/CS	77.430	409	>100,0%	141.314	14.751	>100,0%
Lucro/Prejuízo Líquido	(108.801)	(1.026)	>100,0%	(126.361)	(36.660)	>100,0%

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	132.384	421.090
Títulos e valores mobiliários	6	133	122
Contas a receber de clientes	7	2.450.875	2.606.672
Créditos a receber - subvenção e outros	8	163.411	188.024
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	10	168.288	139.928
Outros tributos compensáveis	10	807.092	704.863
Serviços em curso		45.144	44.894
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	76.903
Outros créditos		137.500	119.276
Total do ativo circulante		3.904.827	4.301.772
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	7	170.183	156.012
Ativo financeiro setorial	9	171.085	-
Outros tributos compensáveis	10	2.117.352	2.269.837
Depósitos vinculados	18	319.647	315.309
Tributos diferidos	24	1.126.482	980.092
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	11.1	1.400.957	950.857
Ativo financeiro indenizável (concessão)	11.2	9.092.524	8.348.889
Imobilizado	12	352.926	274.857
Intangível	11.3	1.518.610	2.033.698
Total do ativo não circulante		16.269.766	15.329.551
Total do ativo		20.174.593	19.631.323

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	13	1.567.967	1.345.459
Empréstimos e financiamentos	15	4.645.899	3.556.613
Obrigações por arrendamentos		63.744	41.998
Outras obrigações fiscais		150.634	144.800
Dividendos a pagar	19	236.821	236.821
Salários, provisões e encargos sociais		90.958	64.980
Encargos setoriais	14	94.366	70.858
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	309.815	392.860
Passivo financeiro setorial	9	24.640	261.203
Geração distribuída	22.1.1	85.642	61.829
Consumidores - desconto CDE	8	235.764	-
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	30.405
Outras obrigações		223.038	312.935
Total do passivo circulante		7.729.288	6.520.761
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	15	594.973	1.179.701
Obrigações por arrendamentos		119.027	85.818
Outras obrigações fiscais		11.788	15.077
Encargos setoriais	14	107.020	79.905
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	16	2.260.300	2.258.843
Passivo financeiro setorial	9	-	53.308
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	195.907	212.839
Provisões para processos judiciais e outros riscos	18	847.589	782.840
Outras obrigações		54	141
Total do passivo não circulante		4.136.658	4.668.472
<u>Patrimônio líquido</u>	19		
Capital social		6.953.230	6.950.458
Reserva de capital		23.254	23.254
Reserva de lucros		1.470.233	1.470.233
Outros resultados abrangentes		(11.709)	(1.855)
Prejuízos acumulados		(126.361)	-
Total do patrimônio líquido		8.308.647	8.442.090
Total do passivo		20.174.593	19.631.323

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Receita líquida	21	2.404.848	6.971.901	2.249.611	6.328.641
Custo	22	(2.169.664)	(6.035.963)	(1.944.306)	(5.232.167)
Lucro bruto		235.184	935.938	305.305	1.096.474
Receitas (despesas) operacionais	22				
Despesas gerais e administrativas		(91.807)	(245.730)	(65.962)	(257.159)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(123.150)	(342.352)	(44.656)	(285.691)
Outras receitas operacionais		51.397	81.076	32.369	95.724
Total despesas operacionais		(163.560)	(507.006)	(78.249)	(447.126)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		71.624	428.932	227.056	649.348
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		34.838	129.074	32.037	128.186
Despesas financeiras		(292.772)	(823.050)	(260.239)	(828.207)
Variações cambiais líquidas		79	(2.631)	(289)	(738)
Total do resultado financeiro		(257.855)	(696.607)	(228.491)	(700.759)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(186.231)	(267.675)	(1.435)	(51.411)
Imposto de renda e contribuição social	24				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		77.430	141.314	409	14.751
Total dos tributos		77.430	141.314	409	14.751
Prejuízo do período		(108.801)	(126.361)	(1.026)	(36.660)
Prejuízo por ação em R\$ - básico e diluído	20	(0,2863)	(0,3325)	(0,0039)	(0,1386)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Prejuízo do período		(108.801)	(126.361)	(1.026)	(36.660)
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego		-	(17.741)	-	34.919
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	24	-	6.032	-	(11.872)
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos		-	2.811	(1.157)	36.425
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumentos financeiros derivativos	24	-	(956)	393	(12.385)
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de impostos		(108.801)	(136.215)	(1.790)	10.427

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva de ágio	Remuneração do imobilizado em curso	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.438.230	-	2.308	20.946	142.520	769.575	-	(32.699)	5.340.880
Resultado abrangente total:									
Prejuízo período	-	-	-	-	-	-	(36.660)	-	(36.660)
Ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	34.919	34.919
Tributos diferidos sobre ganho atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(11.872)	(11.872)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	36.425	36.425
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(12.385)	(12.385)
Transações com os acionistas									
Aumento de capital	850.000	(850.000)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	370.000	-	-	-	-	-	-	370.000
Saldo em 30 de setembro de 2024	5.288.230	(480.000)	2.308	20.946	142.520	769.575	(36.660)	14.388	5.721.307
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.953.230	(2.772)	2.308	20.946	176.028	1.294.205	-	(1.855)	8.442.090
Resultado abrangente total:									
Prejuízo período	-	-	-	-	-	-	(126.361)	-	(126.361)
Perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(17.741)	(17.741)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em obrigações com benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	6.032	6.032
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	2.811	2.811
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(956)	(956)
Transações com os acionistas									
Integralização de capital	-	2.772	-	-	-	-	-	-	2.772
Saldo em 30 de setembro de 2025	6.953.230	-	2.308	20.946	176.028	1.294.205	(126.361)	(11.709)	8.308.647

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Atividades operacionais		
Prejuízo do período	(126.361)	(36.660)
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	745.692	608.565
Variações cambiais da dívida	(25.030)	179.491
Marcação a mercado da dívida	(596)	(2.566)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - variação cambial	25.050	(179.482)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	524	(1.457)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(294.865)	(250.638)
Atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais	(58.965)	(72.807)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	137.158	106.107
Perda de recebíveis de clientes	200.281	182.542
Atualização monetária de processos judiciais	123.702	69.256
Provisões para processos judiciais e outros riscos	158.607	180.056
Juros sobre obrigações de arrendamento	19.441	10.951
Juros sobre empréstimos e financiamentos	517.852	470.158
Juros sobre operações com instrumento derivativo	4.798	115.065
Benefício pós-emprego	10.596	23.522
Baixa de ativo intangível	2.600	3.844
Baixa de ativo imobilizado	1	48
Tributos e contribuições sociais diferidos	(141.314)	(14.751)
(Redução) aumento dos ativos		
Contas a receber de clientes	(195.814)	(290.376)
Ativo financeiro setorial	(171.085)	-
Créditos a receber - subvenção e outros	24.613	(86.643)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(28.360)	27.350
Outros tributos compensáveis	50.256	163.490
Depósitos vinculados	(4.338)	(68.826)
Serviços em curso	(250)	4.946
Outros créditos	(18.224)	43.669
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	222.508	106.825
Outras obrigações fiscais	2.545	(60.890)
Salários, provisões e encargos sociais	25.978	5.184
Encargos setoriais	50.623	11.599
Consumidores - desconto CDE	235.764	-
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(81.588)	(265.500)
Passivo financeiro setorial	(230.906)	190.312
Geração distribuída	23.813	-
Outras obrigações	(89.983)	41.250
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(19.679)	(76.239)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(19.708)	(11.397)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(35.464)	(97.623)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(45.269)	(39.533)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(217.560)	(215.961)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	777.043	772.881
Atividades de investimentos		
Adições para ativo imobilizado	(20.488)	(15.779)
Adições para ativo contratual	(1.160.930)	(902.840)
Consumidores participação financeira	68.079	-
Títulos e valores mobiliários	(11)	(6.893)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.113.350)	(925.512)
Atividades de financiamentos		
Integralização de capital	2.772	370.000
Captação de empréstimos e financiamentos	668.516	990.776
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(636.505)	(1.149.483)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(41.583)	(27.401)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	54.401	4.440
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	47.601	188.332
Variação no caixa líquido	(288.706)	35.701
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	421.090	65.262
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	132.384	100.963

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição Rio

DEMONSTRAÇÕES DOS VALOR ADICIONADO

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
1. Receitas	10.290.899	9.590.877
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	10.432.969	9.694.026
Fornecimento de energia elétrica	9.259.690	8.695.462
Outras receitas	81.076	95.724
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.092.203	902.840
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(142.070)	(103.149)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(5.834.878)	(5.171.059)
Matérias	(326.578)	(315.449)
Outros custos operacionais	(380.797)	(475.788)
Custo de energia comprada e transmissão	(3.857.278)	(3.394.936)
Serviço de terceiros	(1.270.225)	(984.886)
3. Valor adicionado bruto	4.456.021	4.419.818
4. Retenções	(745.692)	(608.565)
Depreciação e amortização	(745.692)	(608.565)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.710.329	3.811.253
6. Valor adicionado recebido em transferência	266.097	308.169
Receitas financeiras	266.097	308.169
7. Valor adicionado total a distribuir	3.976.426	4.119.422
8. Distribuição do valor adicionado	3.976.426	4.119.422
Pessoal	255.314	206.642
Remunerações	166.255	140.241
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	16.921	11.128
Previdência privada	8.144	7.406
Auxílio alimentação	23.079	23.431
Convênio assistencial e outros benefícios	18.581	8.691
FGTS	10.381	1.101
Outros encargos sociais	11.953	14.644
Tributos (Governo)	2.902.798	2.969.173
Federais	167.193	308.658
Imposto de renda e contribuição social	(141.314)	(14.751)
COFINS	230.214	239.520
PIS	49.981	51.924
PIS/COFINS - Reversão repasse consumidores	-	-
INSS	28.312	31.965
Estaduais	1.749.787	1.715.516
ICMS	1.749.787	1.715.516
Municipais	4.590	4.773
ISS	2.906	3.557
IPTU	1.361	1.569
Outros municipais	323	(353)
Encargos setoriais	981.228	940.226
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	771.557	845.737
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	55.564	51.931
Encargos do consumidor - CCRBT	146.084	35.192
Taxa de fiscalização - ANEEL	8.023	7.366
Remuneração de capitais de terceiros	944.675	980.267
Juros	962.704	1.008.928
Aluguéis	(18.029)	(28.661)
Remuneração de capitais próprios	(126.361)	(36.660)
Prejuízos absorvidos	(126.361)	(36.660)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia", "Ampla" ou "Enel Distribuição Rio"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais.

O contrato de Concessão de Distribuição de energia elétrica nº 005/1996, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em dezembro de 2026 (vide nota explicativa nº 1.3). Em 14 de março de 2017, a Companhia assinou o 6º aditivo ao contrato de concessão que incluiu novas cláusulas econômicas e de gestão, obrigações de melhoria da qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira bem como alterou o nível regulatório de perdas não técnicas.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 19 de março de 2023, e o último reajuste tarifário anual ocorreu em 11 de março de 2025 (nota explicativa nº 4).

1.1 Eventos climáticos

Na noite do dia 18 de novembro de 2023, a área de concessão da Companhia foi afetada por evento climático atípico com chuva, fortes rajadas de vento e descargas atmosféricas, causando danos severos em várias cidades fluminenses e interrompendo também o fornecimento de energia.

O referido evento climático afetou quase todo o estado do Rio de Janeiro e, portanto, impactando gravemente diversos pontos de redes aéreas dos municípios da área de concessão da Companhia, demandando a atuação imediata e emergencial da concessionária.

Plano de melhoria

Em setembro de 2024, a Companhia apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começam a ser implementadas de imediato pela Companhia, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

Dentre as iniciativas apresentadas pela Companhia, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

Penalidades e ações judiciais

Em 15 de abril de 2024, a ANEEL emitiu AI - Auto de Infração nº 06/2024 determinando a aplicação de multa de R\$ 54.054 (R\$ 62.874 atualizado até 30 de setembro de 2025), em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. Em 25 de abril de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. Em 14 de novembro de 2024, o referido AI foi judicializado – vide nota explicativa nº 18.2.3, com a classificação de risco de perda como possível. Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de diversas ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 foi avaliado de acordo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



com CPC 25 / IAS 37 como risco de perda provável e possível, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia - vide nota explicativa nº 18.2.3.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluíram no âmbito das áreas administrativa e econômica, assim estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 885/2020, critérios e procedimentos complementares para a gestão da CONTA-COVID, incluindo diretrizes para a contratação da operação financeira pela CCEE, e dentre outras medidas a obrigação de recolhimento de quotas mensais, com efeitos a partir dos processos tarifários de 2021, definidos de forma proporcional ao repasse de recursos observado para cada distribuidora.

Posteriormente, a ANEEL, observando a Medida Provisória nº 1.078/2021 e o Decreto nº 10.939/2022, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo, estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 1.008/2022, critérios e procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, sendo estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Já em 2024, a Medida Provisória nº 1.212 definiu em seu Art. 4º a possibilidade de a CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE relacionados as obrigações futuras da Eletrobras quanto aos aportes definidos na Lei nº 14.182/2021. Diante deste fato, em 4 de julho de 2024, o Governo Federal, por meio da Portaria Interministerial MME/MF nº 1, estabeleceu as diretrizes da operação, caracterizando a operação financeira como securitização de direitos creditórios, além disso definiu diretrizes complementares e aspectos tarifários relacionados às Contas Covid e Escassez Hídrica. Em 8 de agosto de 2024, por meio da correspondência CT-CCEE 18834/2024, a CCEE informou à ANEEL sobre a assinatura dos Documentos da Operação de antecipação dos recebíveis da CDE Eletrobras para fins de quitação da Conta COVID e Conta Escassez Hídrica. Diante deste fato, as distribuidoras a partir de outubro de 2024 deixaram de pagar os empréstimos relativo a estas contas.

Em 24 de setembro de 2024, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.102, estabelecendo diretrizes para a fixação de quotas extraordinárias a serem arcadas pelas distribuidoras, em caso de eventual inadimplência pela Eletrobras dos recebíveis da CDE cedidos. Caso ocorra inadimplência, a ANEEL terá o prazo de 30 dias para fixar as quotas extraordinárias após o aviso, por parte da CCEE, do inadimplemento da Eletrobras.

No Reajuste Tarifário da Companhia em 2025, foi inserido os valores relativos à quitação das Contas COVID e Escassez Hídrica.

1.3 Decreto 12.068/2024 e o novo Contrato de Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que estabelece as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição com vencimento entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de elegibilidade para a prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão, formalizada por meio do Despacho nº 517/2025. Em 25 de março de 2025, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o envio do requerimento de prorrogação à agência reguladora. Dessa forma, a Companhia protocolou na ANEEL em 28 de março de 2025, o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no Decreto 12.068/2024. Em 19 de agosto de 2025, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição da Enel RJ (de acordo com a decisão da ANEEL, a empresa cumpriu os critérios estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024). O processo de prorrogação encontra-se agora em tramitação perante o MME.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 26 de fevereiro de 2025 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de outubro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Rio de Janeiro), e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (distribuição de energia elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.



3. Principais políticas e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no semestre findo em 30 de setembro de 2025, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2024, aprovadas pela Administração em 26 de fevereiro de 2025.

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
Projeto de Definição de Padrões Comentário da Administração	Para ajudar a administração a identificar informações que são relevantes no contexto dos comentários da administração e evitar as deficiências na qualitativas, o IASB decidiu: (a) fornecer uma definição de informação relevante no contexto de comentários da administração; (b) enfatizar que o objetivo do comentário da administração está focado em um conjunto claramente definido de usuários primários de relatórios contábeis de propósito geral, sem considerar as necessidades de informação que são exclusivas de usuários específicos ; (c) introduzir uma ligação explícita entre o objetivo dos comentários da administração e as avaliações feitas pelos usuários ; (d) introduzir requisitos para que os comentários da administração se concentrem em questões-chave e forneçam orientação sobre a identificação dessas questões-chave, incluindo exemplos de questões-chave para cada área de conteúdo ;	31 de dezembro de 2025

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis foram emitidas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025, e ainda não estão vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação	As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs @ Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios – eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.	1º de janeiro de 2027
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos em conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



IFRS 7 - Contratos de compra de energia	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026
---	--	-----------------------

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

4.1 Reajuste tarifário anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 11 de março de 2025, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2025, Resolução Homologatória nº 3.435/2025.

A aprovação do Reajuste Tarifário Anual de 2025 da Companhia foi de um índice de reajuste de – 4,71% composto por (i) reajuste econômico de +2,11 %, sendo +0,32% de Parcela A, +1,79% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -6,82%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de +5,00%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +0,29%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário

Encargos setoriais	-0,06%
Energia comprada	1,50%
Encargos de transmissão	-1,18%
Receita irrecuperável	0,06%
Parcela A	0,32%
Parcela B	1,79%
Reajuste econômico	2,11%
CVA total	-0,88%
Outros itens financeiros	-5,94%
Reajuste financeiro	-6,82%
Índice de reajuste total	-4,71%
Componentes financeiros do processo anterior	5,00%
Efeito para o consumidor	0,29%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30/09/2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +0,5%, representando +0,32% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: Um decréscimo de -0,3%, representando -0,06% no reajuste econômico;
- Energia Comprada: O aumento de +4,6% decorrem principalmente do aumento do custo unitário de contratos dos CCEARs por disponibilidade. O custo de compra de energia representa +1,55% no reajuste econômico, englobando a receita irrecuperável da Companhia; e
- Encargos de Transmissão: Os custos de transmissão tiveram uma variação de -8,3%, correspondendo a um efeito de -1,18% no reajuste econômico, devido a redução das tarifas na rede básica.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +5,1%, representando uma participação de +1,79% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +5,08% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2025; e
- Fator X de -0,26%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,464%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,427%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 574.358, dentre os quais destacam-se: negativo de R\$ 74.088, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); negativos da sobrecontratação de R\$ 33.918; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 268.637; sendo estes valores parcialmente compensados pela previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 174.785.

4.2 Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

De dezembro de 2024 até abril de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estavam favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde. Em maio de 2025 o acionamento da bandeira foi amarela, devido a redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano, tornando as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios, para os próximos meses, abaixo da média. Em junho de 2025 o acionamento da bandeira tarifária foi vermelha patamar 1, pois o cenário de afluições estava abaixo da média em todo o Brasil, reduzindo a projeção de geração hidráulica e aumentando a geração térmica. Este mesmo cenário permaneceu em julho de 2025, o que acarretou a manutenção do acionamento da bandeira tarifária em vermelha patamar 1. Em agosto e setembro de 2025, o cenário de escassez se agravou, sendo necessário o acionamento do patamar 2 da bandeira vermelha.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	25.372	7.012
<u>Aplicações financeiras</u>		
CDB (Aplicações diretas)	8.614	26.506
Operações compromissadas	98.398	387.572
Total	132.384	421.090

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 100% e 96,57% do CDI, respectivamente (99,59% e 91,25% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
<u>Fundos de investimentos exclusivos</u>	6.1		
Operações compromissadas		-	80
Títulos públicos		34	37
CDB-DI		15	-
LF - Letra Financeira		84	5
Total		133	122

6.1 Fundos de investimento exclusivos: O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,03% de representatividade sobre o total do fundo em 30 de setembro de 2025 (0,01% em 31 de dezembro de 2024).

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, em média, a 99,09% do CDI (93,06% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica. A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

7.1 Consumidores, revendedores e outros

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	30.09.2025
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	204.710	168.173	37.099	115.130	225.228	1.436.193	2.186.533	(1.376.628)	809.905
Industrial	19.670	4.462	454	1.743	5.898	20.139	52.366	(18.423)	33.943
Comercial	63.554	33.177	5.290	16.524	33.307	217.029	368.881	(145.845)	223.036
Rural	7.042	7.037	503	1.722	3.155	22.295	41.754	(13.516)	28.238
Poder público	18.207	25.196	6.847	12.989	20.913	64.389	148.541	(28.973)	119.568
Iluminação pública	38.545	10.843	2.664	5.708	8.028	120.671	186.459	(29.048)	157.411
Serviço público	10.494	1.326	607	542	931	4.012	17.912	(1.469)	16.443
Fornecimento faturado	362.222	250.214	53.464	154.358	297.460	1.884.728	3.002.446	(1.613.902)	1.388.544
Receita não faturada	645.999	-	-	-	-	-	645.999	(213)	645.786
Parcelamento de débitos	378.435	33.997	12.470	37.970	70.019	215.694	748.585	(243.980)	504.605
Compartilhamento - uso mútuo	12.039	644	276	1.003	1.770	55.410	71.142	(33.683)	37.459
Agente de cobrança da iluminação pública	2.866	881	897	2.715	10.602	29.595	47.556	(2.892)	44.664
Total	1.401.561	285.736	67.107	196.046	379.851	2.185.427	4.515.728	(1.894.670)	2.621.058
							Circulante		2.450.875
							Não circulante		170.183

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2024
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores									
Residencial	226.997	224.787	46.182	119.564	208.501	1.311.472	2.137.503	(1.257.385)	880.118
Industrial	20.562	6.305	1.078	2.097	3.288	23.269	56.599	(20.977)	35.622
Comercial	70.823	38.492	7.027	15.836	32.823	204.801	369.802	(151.347)	218.455
Rural	6.506	6.810	779	1.678	4.458	19.908	40.139	(13.621)	26.518
Poder público	38.640	26.730	7.155	15.134	22.398	80.854	190.911	(32.247)	158.664
Iluminação pública	32.219	13.530	3.551	5.211	7.460	129.639	191.610	(39.404)	152.206
Serviço público	11.527	2.117	349	635	1.999	5.106	21.733	(1.390)	20.343
Fornecimento faturado	407.274	318.771	66.121	160.155	280.927	1.775.049	3.008.297	(1.516.371)	1.491.926
Receita não faturada	696.915	-	-	-	-	-	696.915	(1.169)	695.746
Parcelamento de débitos	220.633	15.303	12.557	28.508	202.533	216.949	696.483	(191.678)	504.805
Compartilhamento - uso mútuo	10.283	1.086	321	4.879	14.074	52.667	83.310	(37.975)	45.335
Agente de cobrança da iluminação pública	2.771	907	862	2.436	4.895	22.724	34.595	(10.319)	24.276
Suprimento de energia	596	-	-	-	-	-	596	-	596
Total	1.338.472	336.067	79.861	195.978	502.429	2.067.389	4.520.196	(1.757.512)	2.762.684
							Circulante		2.606.672
							Não circulante		156.012

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



7.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.691.256)	(22.811)	(1.714.067)
Provisões	(288.649)	2.958	(285.691)
Perda	182.542	-	182.542
Saldo em 30 de setembro de 2024	(1.797.363)	(19.853)	(1.817.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.757.512)	(21.785)	(1.779.297)
Provisões	(337.439)	(4.913)	(342.352)
Perda	200.281	-	200.281
Saldo em 30 de setembro de 2025	(1.894.670)	(26.698)	(1.921.368)

A Companhia monitora diligentemente os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus impactos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A perda esperada em contas a receber abrange a melhor estimativa da Companhia e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos são mensurados e aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, tais como: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia em dia; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) propor aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, pix e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos para as contas de energia vencidas.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Provisões/reversões	(342.352)	(285.691)
Total	(342.352)	(285.691)

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Baixa renda - subsídio CDE		67.751	47.433
Subsídio CDE - ciclo corrente	8.2	-	26.539
CDE a receber/devolver - diferença ciclo anterior		55.001	(6.762)
CDE a receber - diferença ciclo corrente		35.050	115.205
Bônus - redução voluntária de consumo		5.609	5.609
Total		163.411	188.024

8.1 Subvenção da CDE – repasse CCEE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo setorial instituído pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de custear políticas públicas do setor elétrico, tais como subsídios tarifários para consumidores de baixa renda, descontos para irrigantes e aquicultores, entre outros. Os recursos da CDE são operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e homologados pela ANEEL nos processos anuais de reajuste tarifário das distribuidoras, conforme previsto no contrato de concessão e regulamentação vigente.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.435/2025, de março de 2025, definiu o montante anual da subvenção da CDE destinado à Companhia, a ser repassado pela CCEE até o 10º dia útil do mês subsequente a cada competência. Com a publicação da referida resolução, cria-se um direito líquido e certo de recebimento pela Companhia do valor total homologado da subvenção, bem como uma obrigação presente de conceder os descontos tarifários correspondentes aos consumidores elegíveis ao desconto.

A partir de 1º de agosto de 2025, a Companhia adotou o reconhecimento integral, do valor da subvenção da CDE homologada, mediante registro de ativo financeiro a receber da CCEE e passivo com consumidores. Até 2024, o reconhecimento ocorria mensalmente conforme os repasses. A alteração, de natureza classificatória e sem efeito no resultado, foi adotada prospectivamente conforme o CPC 23/IAS 8, visando refletir a substância econômica do ato homologatório, que gera direito de recebimento e obrigação de repasse. Embora o valor total homologado seja de R\$ 565.834, a Companhia reconheceu o saldo residual integral, sendo o ativo reduzido pelos repasses da CCEE e o passivo realizado conforme os descontos aplicados aos consumidores.

Em 30 de setembro de 2025, o passivo registrado em “Consumidores – desconto CDE” totalizava R\$ 235.764.

	Nota	Passivo consumidores - desconto CDE
Valor homologado ANEEL		565.834
Descontos aplicados aos consumidores	8.1.1	(330.070)
Total		235.764

8.1.1 Os descontos tarifários aplicados aos consumidores, consideram o valor homologado, para os 12 meses subsequentes de faturamento, a partir do mês da homologação (março de 2025).

8.2 Cessão de Recebíveis de Subvenção - CDE

A Companhia realizou operação de cessão de direitos creditórios sem direito de regresso, de parte dos créditos homologados da CDE junto a instituição financeira, com o objetivo de antecipar fluxos de caixa futuros.

A operação, estruturada sem direito de regresso ou coobrigação, transfere integralmente os riscos e benefícios associados aos créditos, atendendo aos critérios de desreconhecimento previstos no CPC 48. Consequentemente, os recebíveis cedidos foram baixados integralmente do ativo, e o valor do deságio foi reconhecido como despesa financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, o montante total de recebíveis CDE cedidos foram de R\$ 282.917, sendo o deságio financeiro (custo da operação) de R\$ 12.803. Dessa forma, o ingresso líquido no caixa da Companhia foi de R\$ 270.114.

A operação não altera a base regulatória, nem os valores futuros de subvenção a serem repassados pela CCEE.

A movimentação do ativo financeiro registrado, é como segue:

	Nota	Ativo financeiro - CCEE
Valor homologado ANEEL	8.1	565.834
CCEE - repasses mensais		(282.917)
Cessão de recebíveis - antecipação		(270.114)
Cessão de recebíveis - deságio financeiro		(12.803)
Total		-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2024	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.09.2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo não circulante	Passivo circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA												
Aquisição de energia - CVA energia	9.1	(90.003)	210.617	83.807	-	(81.459)	(16.871)	106.091	(34.463)	140.554	63.924	42.167
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		(517)	3.536	(1.650)	-	-	281	1.650	1.650	-	-	1.649
Transporte de energia pela rede básica	9.2	90.692	17.785	(49.795)	-	-	5.999	64.681	23.355	41.326	18.796	45.887
Transporte de energia - Itaipu		4.979	3.520	(4.369)	-	-	9	4.139	752	3.387	1.540	2.598
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	9.3	49.624	(15.884)	(41.741)	-	(8.263)	2.079	(14.185)	15.548	(29.733)	(13.521)	(662)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.4	(94.102)	87.196	53.816	-	-	(6.128)	40.782	(44.774)	85.556	38.910	1.872
		(39.327)	306.770	40.068	-	(89.722)	(14.631)	203.158	(37.932)	241.090	109.649	93.511
Demais ativos/passivos financeiros setoriais												
Neutralidade da parcela A		(2.573)	54.823	13.496	-	-	5.969	71.715	(12.435)	84.150	38.271	33.444
Sobrecontratação de energia	9.5	(38.382)	57.011	26.648	-	-	1.030	46.307	(14.132)	60.439	27.488	18.820
Diferimento - devoluções tarifárias		(42.903)	(33.804)	31.948	-	-	(1.303)	(46.062)	(19.072)	(26.990)	(12.275)	(33.787)
Bandeiras tarifárias não homologadas		(43.693)	-	-	-	(20.564)	-	(64.257)	-	(64.257)	-	(64.257)
Risco hidrológico		(210.196)	(135.334)	159.317	-	-	(7.480)	(193.693)	(87.755)	(105.938)	(48.180)	(145.513)
Revisão tarifária extraordinária		30.204	-	(30.204)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	9.6	32.359	(5.644)	80.745	(5.674)	-	27.491	129.277	5.849	123.428	56.132	73.142
		(275.184)	(62.948)	281.950	(5.674)	(20.564)	25.707	(56.713)	(127.545)	70.832	61.436	(118.151)
Total		(314.511)	243.822	322.018	(5.674)	(110.286)	11.076	146.445	(165.477)	311.922	171.085	(24.640)

- 9.1 **Aquisição de Energia – (CVAenergia):** O aumento na constituição do ativo de aquisição de energia está relacionado, principalmente, ao acréscimo da carga contratada de energia térmica e ao aumento significativo do risco hidrológico. Este cenário decorre da deterioração das condições hidrológicas no período, refletido na elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio de R\$ 96,86 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024 para R\$ 212,12 no mesmo período de 2025. Adicionalmente, houve aumento no preço médio dos contratos de energia térmica, que passou de R\$ 230,31 para R\$ 263,96 no comparativo entre os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e 2025.
- 9.2 **Transporte de energia pela rede básica:** A redução da CVA ativa está relacionada a maior cobertura tarifária de R\$ 503.243 para R\$ 535.811 frente ao aumento de custo de R\$ 571.435 para R\$ 578.671, gerando uma variação da constituição de CVA de R\$ 72.474 no período de nove meses findo em 30 de setembro 2024, para R\$15.883 no período de nove meses findo em 30 setembro 2025, gerando uma variação da constituição de CVA de R\$ 60.702 para R\$ 17.785 no mesmo período.
- 9.3 **Encargo de serviço do sistema:** O aumento da CVA passiva está relacionada a redução de custo e aumento da cobertura tarifária na qual o custo do componente reduziu R\$ 73.407, de R\$ 214.980 para R\$ 141.572, enquanto a cobertura tarifária aumentou R\$ 23.590, de R\$ 144.308 para R\$ 167.898, gerando uma variação da constituição de CVA de R\$ 72.474 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, para R\$ 15.883 no período de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



nove meses findo em 30 de setembro de 2025.

9.4 **CDE:** O aumento da CVA ativa está relacionada a redução da cobertura tarifária maior em relação a redução de custo em detrimento das cotas homologadas para cada período, na qual, o custo teve redução de R\$ 74.179, de R\$ 845.737 para R\$ 771.557, enquanto a cobertura tarifária caiu ainda mais, R\$ 137.924, de R\$ 848.527 para R\$ 710.603, gerando uma variação da constituição de CVA de R\$ 4.930 no 474 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, para R\$ 87.196 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025.

9.5 **Sobrecontratação de energia:** O aumento da CVA ativa de sobrecontratação está relacionada à variação entre os preços do mercado de curto prazo (PLD) e os valores de cobertura tarifária homologada. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, o PLD médio foi de R\$ 96,86/MWh, significativamente inferior à cobertura tarifária de R\$ 246,79/MWh. Já no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, observou-se aumento expressivo do PLD para R\$ 212,12/MWh, aproximando-se da cobertura tarifária, que recuou levemente para R\$ 258,03/MWh.

9.6 **Outros:** conforme Despacho Nº 1.536, de 23 de maio de 2025 a ANEEL homologou os valores de CDE ELETROBRAS a serem repassados as distribuidoras na qual foi recebido o montante de R\$ 5.674 na competência de maio de 2025.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo no mesmo período do exercício anterior, estão demonstradas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2023	Adição	Amortização	Recebimento CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	30.09.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA												
Aquisição de energia - CVA energia	9.1	(273.357)	(53.580)	176.744	-	(30.746)	(19.764)	(200.703)	(90.728)	(109.975)	(150.687)	(50.016)
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		(1.141)	(2.409)	2.570	-	-	(167)	(1.147)	(1.147)	-	(1.147)	-
Transporte de energia pela rede básica	9.2	101.332	60.702	(68.379)	-	-	8.325	101.980	39.103	62.877	73.383	28.597
Transporte de energia - Itaipu		21.548	2.462	(12.535)	-	-	1.541	13.016	8.730	4.286	11.067	1.949
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	9.3	73.677	72.747	(29.146)	-	(28.487)	6.938	95.729	42.242	53.487	71.404	24.325
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.4	10.557	(4.930)	(9.464)	-	-	(229)	(4.066)	178	(4.244)	(2.136)	(1.930)
		(67.384)	74.992	59.790	-	(59.233)	(3.356)	4.809	(1.622)	6.431	1.884	2.925
Demais ativos/passivos financeiros setoriais												
Neutralidade da parcela A		90.243	(52.368)	(17.827)	-	-	(3.615)	16.433	9.785	6.648	13.410	3.023
Sobrecontratação de energia	9.5	(27.896)	(3.955)	(448)	-	-	(3.739)	(36.038)	(17.158)	(18.880)	(27.452)	(8.586)
Diferimento - devoluções tarifárias		(34.917)	(27.797)	23.344	-	-	3.127	(36.243)	(13.117)	(23.126)	(25.725)	(10.518)
Bandeiras tarifárias não homologadas		(2.686)	(16.941)	-	-	1.386	-	(18.241)	-	(18.241)	(18.241)	-
Risco hidrológico		(211.487)	(151.430)	158.016	-	-	(6.255)	(211.156)	(91.150)	(120.006)	(156.578)	(54.578)
Bandeira escassez hídrica		65.558	-	(65.558)	-	-	-	-	-	-	-	-
Revisão tarifária extraordinária		177.057	-	(105.714)	-	-	4.167	75.510	75.510	-	75.510	-
Outros	9.6	(68.200)	26.808	66.649	(33.737)	-	16.189	7.709	(2.232)	9.941	3.188	4.521
		(12.328)	(225.683)	58.462	(33.737)	1.386	9.874	(202.026)	(38.362)	(163.664)	(135.888)	(66.138)
Total		(79.712)	(150.691)	118.252	(33.737)	(57.847)	6.518	(197.217)	(39.984)	(157.233)	(134.004)	(63.213)



10. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a compensar estão apresentados, conforme quadro a seguir:

	30.09.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		
Imposto de renda	127.563	106.600
Contribuição social	35.330	28.739
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.395	4.589
Total	168.288	139.928

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

	Nota	30.09.2025		31.12.2024	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS		91.686	39.648	73.107	39.648
Lei complementar nº 102/00		102.310	70.757	56.060	81.493
Pis e Cofins		42.183	-	38.972	-
Pis e Cofins (ICMS)	10.1	564.050	2.006.947	534.834	2.148.696
Outros tributos		6.863	-	1.890	-
Total		807.092	2.117.352	704.863	2.269.837

10.1 A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº 16).

11. Contrato de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro indenizável e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 19 de março de 2023, e o Reajuste Tarifário ocorreu em 11 de março de 2025 (vide nota explicativa nº 4).

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	11.1	1.400.957	950.857
Ativo financeiro indenizável (concessão)	11.2	9.092.524	8.348.889
Intangível	11.3	1.518.610	2.033.698
Total		12.012.091	11.333.444

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

11.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	(-) Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.034.876	(58.988)	975.888
Adições	902.840	-	902.840
Transferências para o ativo intangível	(453.445)	-	(453.445)
Transferências para o ativo financeiro	(459.908)	-	(459.908)
Saldo em 30 de setembro de 2024	1.024.363	(58.988)	965.375
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.009.845	(58.988)	950.857
Adições	1.160.930	(68.079)	1.092.851
Transferências para o ativo intangível	(182.233)	1.569	(180.664)
Transferências para o ativo financeiro	(466.570)	17.800	(448.770)
Transferências para o ativo imobilizado	(13.317)	-	(13.317)
Saldo em 30 de setembro de 2025	1.508.655	(107.698)	1.400.957

11.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação do ativo indenizável da concessão é como segue:

	30.09.2025	30.09.2024
Saldo inicial	8.348.889	7.259.520
Transferências do ativo contratual	448.770	459.908
Atualização ativo indenizável	294.865	250.638
Saldo final	9.092.524	7.970.066

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

11.3 Intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

			Em serviço	30.09.2025	31.12.2024
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total	Total
Direito de uso da concessão	7.269.273	(6.029.551)	(51.554)	1.188.168	1.687.787
Software	866.955	(537.459)	-	329.496	344.926
Bens de renda	21.876	(20.930)	-	946	985
Total	8.158.104	(6.587.940)	(51.554)	1.518.610	2.033.698

A movimentação do ativo intangível é como segue:

			Em serviço	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.442.140	(5.128.895)	(87.547)	2.225.698
Baixas	(29.853)	26.009	-	(3.844)
Transferências do ativo contratual	453.445	-	-	453.445
Transferências do ativo imobilizado	917	-	-	917
Amortizações	-	(590.302)	15.842	(574.460)
Saldo em 30 de setembro de 2024	7.866.649	(5.693.188)	(71.705)	2.101.756
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.009.710	(5.909.587)	(66.425)	2.033.698
Baixas	(33.839)	31.239	-	(2.600)
Transferências do ativo contratual	182.233	-	(1.569)	180.664
Amortizações	-	(709.592)	16.440	(693.152)
Saldo em 30 de setembro de 2025	8.158.104	(6.587.940)	(51.554)	1.518.610

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais taxas de amortização que refletem a expectativa de vida útil econômica e financeira dos ativos, são as seguintes:

Distribuição	%
Direito de uso da concessão	20,00%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	Nota	31.12.2024	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	30.09.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Terrenos		395	-	-	-	-	395
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias		37.772	-	-	-	7.985	45.757
Máquinas e equipamentos		49.475	10.756	-	-	8.427	68.658
Veículos		2.695	-	-	-	284	2.979
Móveis e utensílios		33.803	-	-	-	479	34.282
		124.140	10.756	-	-	17.175	152.071
<u>Depreciação acumulada</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias		(15.149)	-	(1.132)	-	-	(16.281)
Máquinas e equipamentos		(15.913)	-	(4.696)	-	-	(20.609)
Veículos		(2.379)	-	(63)	-	-	(2.442)
Móveis e utensílios		(25.646)	-	(1.121)	-	-	(26.767)
		(59.087)	-	(7.012)	-	-	(66.099)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias		46.040	3.478	-	-	5.582	55.100
Máquinas e equipamentos		36.291	5.123	-	-	(8.770)	32.644
Veículos		594	219	-	-	(219)	594
Móveis e utensílios		9.545	912	-	-	(451)	10.006
		92.470	9.732	-	-	(3.858)	98.344
Total do imobilizado		157.523	20.488	(7.012)	-	13.317	184.316
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Terrenos		263	-	(76)	(1)	-	186
Imóveis		38.200	2.891	(8.118)	(10)	-	32.963
Veículos	12.1	78.871	93.924	(37.334)	-	-	135.461
		117.334	96.815	(45.528)	(11)	-	168.610
Total		274.857	117.303	(52.540)	(11)	13.317	352.926

12.1 O aumento das adições do imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025 decorre, principalmente, de novos contratos de arrendamento financeiro de veículos operacionais (frota), conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16. O incremento reflete o movimento estratégico de *insourcing*, mediante o qual a Companhia passou a realizar internamente parte dos serviços operacionais antes terceirizados, demandando a alocação de frota para execução de tais serviços. Os respectivos ativos foram reconhecidos no imobilizado como direito de uso e pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	30.09.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Terrenos	515	-	-	-	-	515
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	38.154	-	-	-	-	38.154
Máquinas e equipamentos	33.872	-	-	-	13.002	46.874
Veículos	2.695	-	-	-	-	2.695
Móveis e utensílios	31.676	-	-	(809)	945	31.812
	106.912	-	-	(809)	13.947	120.050
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(14.428)	-	(828)	-	-	(15.256)
Máquinas e equipamentos	(11.188)	-	(3.449)	-	-	(14.637)
Veículos	(2.294)	-	(64)	-	-	(2.358)
Móveis e utensílios	(24.554)	-	(1.504)	761	-	(25.297)
	(52.464)	-	(5.845)	761	-	(57.548)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	39.633	4.872	-	-	-	44.505
Máquinas e equipamentos	34.673	10.056	-	-	(14.864)	29.865
Veículos	594	-	-	-	-	594
Móveis e utensílios	8.104	718	-	-	-	8.822
	83.004	15.646	-	-	(14.864)	83.786
Total do imobilizado	137.452	15.646	(5.845)	(48)	(917)	146.288
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	344	27	(22)	(86)	-	263
Imóveis	46.715	1.884	(6.861)	(2.535)	-	39.203
Veículos	15.922	93.121	(21.377)	-	-	87.666
	62.981	95.032	(28.260)	(2.621)	-	127.132
Total	200.433	110.678	(34.105)	(2.669)	(917)	273.420

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente em 30 de setembro de 2025:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	3,58
Imóveis	3,08
Veículos	2,58

13. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 25.

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Compra de energia		458.267	410.473
Compra de energia - partes relacionadas	25	5.474	6.525
Encargo de uso da rede		119.212	145.744
		582.953	562.742
Materiais e serviços		666.638	685.575
Materiais e serviços - partes relacionadas	25	318.376	97.142
		985.014	782.717
Total		1.567.967	1.345.459

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 30 de setembro de 2025, o montante destas operações é de R\$ 140.920 (R\$ 85.234 em 31 de dezembro de 2024).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº21.

Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	30.09.2025	31.12.2024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	22.596	4.623
Programa de Eficiência Energética - PEE	79.444	60.950
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	85.378	72.179
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FNDCT	2.501	2.619
Ministério de Minas e Energia - MME	1.027	1.086
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	906	837
Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT	9.534	8.469
Total	201.386	150.763
Circulante	94.366	70.858
Não circulante	107.020	79.905

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
30 de setembro de 2025
Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado - vide nota explicativa nº 26.1.1.

15.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Nota	Circulante			Não circulante			30.09.2025 Total circulante + não circulante	Circulante			Não circulante			31.12.2024 Total circulante + não circulante
		Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
Moeda nacional															
	MUFG 4131 - AMPLA I	200.000	3.817	203.817	-	-	-	203.817	-	-	-	-	-	-	
		200.000	3.817	203.817	-	-	-	203.817	-	-	-	-	-	-	
Moeda nacional - partes relacionadas															
25	Enel Brasil Mútuo	3.233.811	1.104.707	4.338.518	291.484	91.574	383.058	4.721.576	2.056.635	535.985	2.592.620	1.000.147	179.554	1.179.701	
	CDSA	40.220	11.263	51.483	-	-	-	51.483	40.222	6.089	46.311	-	-	-	
	Enel Cien	40.459	11.622	52.081	161.812	50.103	211.915	263.996	202.271	34.320	236.591	-	-	-	
		3.314.490	1.127.592	4.442.082	453.296	141.677	594.973	5.037.055	2.299.128	576.394	2.875.522	1.000.147	179.554	1.179.701	
Moeda estrangeira															
25	Scotiabank 4131 III	-	-	-	-	-	-	-	228.493	1.344	229.837	-	-	-	
	Scotiabank 4131 IV	-	-	-	-	-	-	-	137.099	674	137.773	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	365.592	2.018	367.610	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Moeda estrangeira - partes relacionadas															
25	Enel Finance International N.V. III, IV,V, VI, VII, VIII	-	-	-	-	-	-	-	296.293	17.188	313.481	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	-	296.293	17.188	313.481	-	-	-	
Total		3.514.490	1.131.409	4.645.899	453.296	141.677	594.973	5.240.872	2.961.013	595.600	3.556.613	1.000.147	179.554	1.179.701	

15.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Ampla - Enel BR 77	35.264	03/01/25	01/10/25	CDI + 0,49%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 78	115.868	15/01/25	12/10/25	CDI + 0,46%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 79	50.377	17/01/25	15/10/25	CDI + 0,47%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 80	130.986	03/02/25	05/11/25	CDI + 0,50%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 81	35.266	17/02/25	19/11/25	CDI + 0,52%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 82	100.755	26/02/25	27/11/25	CDI + 0,29%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
MUFG 4131 - Ampla I	200.000	14/08/25	14/08/26	CDI + 0,55%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	Enel Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em período anteriores e liquidados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 III (c/ Swap)	200.000	01/02/21	03/02/25	USD + 1,39%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
SCOTIABANK 4131 IV (c/ Swap)	120.000	26/02/21	26/02/25	USD + 1,39%	Bullet	Semestral	Capital de Giro	Enel Brasil
EFI - Credit Agreement X 46 (c/ Swap)	262.103	03/01/23	03/01/25	EUR + 5,76%	Bullet	Anual	Capital de Giro	N/A

(c) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores, considerando vencidos e vigentes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Ampla - Enel BR 55	750.000	07/07/20	07/07/26	CDI + 2,27%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 59	76.599	23/12/22	22/12/26	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 60	30.233	26/12/22	25/12/26	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 61	14.107	28/12/22	27/12/25	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 62	30.203	16/02/23	16/01/27	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 63	70.482	17/04/23	16/04/25	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 64	45.295	25/04/23	24/04/25	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 65	350.836	10/07/23	09/05/26	CDI + 1,00%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 66	256.712	07/08/23	06/06/26	CDI + 1,30%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 67	30.342	14/08/23	13/07/27	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 68	50.567	15/08/23	14/07/27	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 69	23.259	17/08/23	16/07/27	CDI + 1,35%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo I Ampla - CIEN	70.794	25/08/23	24/08/27	CDI + 0,66%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo II Ampla - CIEN	91.018	15/09/23	24/08/27	CDI + 0,64%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo III Ampla - CIEN	40.459	16/10/23	15/10/25	CDI + 1,42%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo II Ampla - CDSA	40.220	19/10/23	18/10/25	CDI + 1,00%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 70	50.282	17/11/23	17/05/27	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 71	50.580	22/12/23	21/12/25	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 72	1.213.668	27/12/23	26/12/25	CDI + 1,25%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 73	50.567	28/12/23	27/12/25	CDI + 1,15%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 74	101.114	02/01/24	01/01/26	CDI + 1,10%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 76	90.679	15/02/24	14/02/26	CDI + 1,12%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os mútuos 63 e 64, vencidos em 16 e 24 de abril de 2025, respectivamente, permaneceram sem prorrogação ou repactuação formal, pela ausência de decisão definitiva da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, até o encerramento do trimestre, sobre o pedido de refinanciamento pleiteado pela Companhia.

Os mútuos 77, 78, 79, 80, 81 e 82 foram prorrogados de acordo com condições estabelecidas em processo realizado de acordo com as boas práticas de mercado, dentro do limite aprovado pela ANEEL por meio do despacho 3.754/2021 e em consonância com o Ofício ANEEL nº 191/2021, o qual confirmou a possibilidade de contratação/prorrogação de mútuos dentro dos valores e prazos máximos autorizados pelo regulador em seus despachos de anuência para as operações de mútuos financeiros entre a Companhia e empresas do Grupo Enel.

Em 21 de outubro de 2025, por deliberação de sua Diretoria Colegiada, a ANEEL julgou o Recurso Administrativo interposto pela Enel Distribuição Rio contra a decisão da Superintendência Técnica que havia negado a referida anuência, indeferindo o pedido de anuência prévia quanto ao aditamento e pedido de refinanciamento, com recursos do Grupo Enel, dos contratos de mútuos com vencimento em 2025 e que atingiram o limite de prazo de 48 meses.

A ANEEL, no âmbito do Processo nº 48500.006150/2018-50, proferiu decisão cautelar autorizando, em caráter temporário, a prorrogação do Mútuo Ampla - Enel BR 55 (cujo prazo máximo de 4 anos, conforme regulamentação da ANEEL, ocorreu em 07/07/2024), até a deliberação final quanto ao pedido de anuência prévia para o refinanciamento, com recursos do Grupo Enel, de mútuos financeiros da Companhia (incluindo esta operação). Enquanto estava pendente decisão definitiva por parte do regulador, o prazo de vencimento deste contrato foi novamente prorrogado para 07 de julho de 2026 ou até a data decisão final da ANEEL, o que houvesse ocorrido antes (mantendo esta obrigação sempre no passivo de curto prazo, podendo ser liquidado antecipadamente, sem penalidades para a concessionária, conforme dispõe originalmente o referido contrato).

A Companhia informa, ainda, que está avaliando as possíveis alternativas financeiras de forma a viabilizar o refinanciamento e reperfilamento dos Mútuos, com vistas à preservação da estrutura de capital da Companhia e à continuidade de sua estratégia de gestão financeira. Em decorrência da referida deliberação final da diretoria da ANEEL, os mútuos financeiros (Ampla e Enel BR de nº 55, 63, 64 e Ampla e CDSA de nº 2) deverão ser liquidados.

15.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2025	%	31.12.2024	%
<u>Moeda nacional</u>				
CDI	5.240.872	100,00%	4.055.223	85,62%
<u>Moeda estrangeira</u>				
Dólar	-	0,00%	367.610	7,76%
Euro	-	0,00%	313.481	6,62%
Total	5.240.872	100,00%	4.736.314	100,00%

15.4 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	30.09.2025 %
CDI	(a)	14,90%
(a) Índice do último dia do período		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.5 A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.618.777	-	797.370	536.084	5.952.231
Captações	990.776	-	-	-	990.776
Encargos provisionados	445.581	-	24.577	-	470.158
Encargos pagos	(52.606)	-	(23.633)	-	(76.239)
Variação cambial e monetária	-	-	179.491	-	179.491
Transferências	(2.690.956)	2.690.956	536.084	(536.084)	-
Pagamentos / amortizações	(838.277)	-	(311.206)	-	(1.149.483)
Marcação a mercado - dívida	-	-	(2.566)	-	(2.566)
Saldo em 30 de setembro de 2024	2.473.295	2.690.956	1.200.117	-	6.364.368
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.875.522	1.179.701	681.091	-	4.736.314
Captações	668.516	-	-	-	668.516
Encargos provisionados	456.133	61.000	719	-	517.852
Encargos pagos	-	-	(19.679)	-	(19.679)
Variação cambial e monetária	-	-	(25.030)	-	(25.030)
Transferências	645.728	(645.728)	-	-	-
Pagamentos / amortizações	-	-	(636.505)	-	(636.505)
Marcação a mercado - dívida	-	-	(596)	-	(596)
Saldo em 30 de setembro de 2025	4.645.899	594.973	-	-	5.240.872

15.6 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants):

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há contratos com cláusulas financeiras restritivas (*covenants*).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021 o STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a Companhia a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.º 14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei n.º 14.873 de 28 de maio de 2024.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23 e PN MF 14/24). Até 30 de setembro de 2025 o total compensado pela Companhia foi de R\$ 1.439.414 (R\$ 1.181.907 em 31 de dezembro de 2024).

16.1 Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020, a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública n.º 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 24 de julho de 2025, foi publicado o Despacho ANEEL 2.203/2025, que estabelece a metodologia para a devolução aos consumidores de energia dos créditos tributários decorrentes de ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O despacho não apresenta inovações em relação ao que já vinha sendo aplicado nos processos tarifários entre 2022 e 2025.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia. Os processos tarifários de 2022 a 2025, já contemplam a devolução parcial de tais valores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, o total devolvido aos consumidores foi de R\$ 226.562 (R\$ 535.241 em 31 de dezembro de 2024).

16.2 Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324

Em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) concluído em 14 de agosto de 2025, da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, foi reconhecida a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. O respectivo acórdão ainda não foi publicado.

O STF fixou que a devolução está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, contados da efetiva restituição do indébito à distribuidora ou da homologação definitiva da compensação por ela realizada. Valores cujo fato gerador seja anterior a esse prazo não seriam objeto de devolução via passivo regulatório.

A referida decisão está sujeita a eventuais esclarecimentos ou modulações a serem definidos na publicação do acórdão do STF e/ou em caso de recurso. A Companhia, baseada na opinião de assessores externos, não tem expectativa de alteração da essência do julgamento, quando da publicação do referido acórdão. No entanto, como não houve o detalhamento dos efeitos do julgamento, até a data de emissão dessas informações financeiras, a Companhia não realizou alteração das estimativas atualmente reconhecidas.

A Administração da Companhia mantém acompanhamento contínuo das movimentações judiciais relacionadas ao tema, bem como dos respectivos desdobramentos jurídicos e regulatórios, de modo a avaliar e refletir tempestivamente eventuais impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

A seguir é apresentado o resumo do ativo e passivo:

	30.09.2025	31.12.2024
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar</u>		
Ativo circulante	564.050	534.834
Ativo não circulante	2.006.947	2.148.696
Total do ativo	2.570.997	2.683.530
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir</u>		
Passivo circulante	309.815	392.860
Passivo não circulante	2.260.300	2.258.843
Total do passivo	2.570.115	2.651.703
<u>Receita financeira</u>		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	144.974	172.257
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(144.974)	(172.257)
Impacto líquido	-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.926.938	3.014.687
Atualização	130.987	130.987
Compensação	(303.913)	-
Devolução aos consumidores	-	(396.487)
Outros - ajuste de créditos e pagamentos de honorários	370	-
Saldo em 30 de setembro de 2024	2.754.382	2.749.187
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.683.530	2.651.703
Atualização	144.974	144.974
Compensação	(257.507)	-
Devolução aos consumidores	-	(226.562)
Saldo em 30 de setembro de 2025	2.570.997	2.570.115

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Obrigações com benefícios pós-emprego

A movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano (Benefício Definido, Contribuição Variável, Assistência Médica e FGTS), nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, segue representada a seguir:

	PCA	PACV	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.247	115.852	165.566	16.074	304.739
Custo do serviço corrente	(16)	170	1.376	504	2.034
Custo dos juros líquidos	548	8.160	11.758	1.022	21.488
Contribuições reais do empregador	-	(17.477)	(21.953)	(103)	(39.533)
Perda atuarial	(7.601)	(13.291)	(12.413)	(1.614)	(34.919)
Saldo em 30 de setembro de 2024	178	93.414	144.334	15.883	253.809
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	88.682	105.710	18.447	212.839
Custo do serviço corrente	-	178	1.350	1.317	2.845
Custo dos juros líquidos	-	(2.825)	9.278	1.298	7.751
Contribuições reais do empregador	-	(16.837)	(28.303)	(129)	(45.269)
Ganho (perda) atuarial	-	12.581	5.678	(518)	17.741
Saldo em 30 de setembro de 2025	-	81.779	93.713	20.415	195.907

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado. Dessa forma, a Companhia procedeu a atualização dos passivos, com o auxílio de atuário independente para o semestre findo em 30 de junho de 2025, para refletir a mudança significativa das condições de mercado, especificamente da variação da taxa de juros (taxa de desconto) e atualização dos patrimonios dos planos de aposentadoria. Todavia, conforme requerido pelo CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da taxa de desconto e dos patrimonios, realizada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, ocasionou um aumento de R\$ 17.741 na obrigação atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

a) Despesas reconhecidas no resultado do período de três e nove meses:

	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Custo do serviço corrente	948	2.845	678	2.034
Custo dos juros	1.566	7.751	7.163	21.488
Total	2.514	10.596	7.841	23.522

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30/09/2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18. Provisão para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

18.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Nota	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	30.09.2025	Depósitos vinculados	
								30.09.2025	31.12.2024
Trabalhistas	17.1.1	347.182	14.187	(10.272)	20.010	(16.557)	354.550	81.205	82.190
Cíveis	17.1.2	421.064	253.699	(93.978)	103.411	(201.003)	483.193	14.069	11.656
Fiscais	17.1.3	9.523	42	-	281	-	9.846	-	-
Outras provisões	17.1.4	5.071	-	(5.071)	-	-	-	-	-
Total		782.840	267.928	(109.321)	123.702	(217.560)	847.589	95.274	93.846

	Nota	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	30.09.2024	Depósitos vinculados	
								30.09.2024	31.12.2023
Trabalhistas	17.1.1	363.951	10.362	(10.064)	14.794	(10.256)	368.787	146.442	144.138
Cíveis	17.1.2	374.888	286.062	(107.676)	50.242	(180.903)	422.613	103.193	73.645
Fiscais	17.1.3	26.499	6.202	(4.509)	4.220	(2.383)	30.029	1.359	1.305
Regulatório		22.740	-	(321)	-	(22.419)	-	-	-
Outras provisões/riscos	17.1.4	5.071	-	-	-	-	5.071	-	-
Total		793.149	302.626	(122.570)	69.256	(215.961)	826.500	250.994	219.088

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.1.1 Processos trabalhistas

A Companhia mantém em 30 de setembro de 2025, 611 processos com prognóstico provável, (643 em 31 de dezembro de 2024), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados) e previdenciária. As ações envolvem, em sua maioria, pedidos de vínculo de emprego com a Companhia, nos processos de terceirizados e, consequente equiparação aos direitos dos empregados da Companhia ou eventuais verbas inadimplidas por seus empregadores.

18.1.2 Processos cíveis

Grande parte da provisão está vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. No saldo total de processos cíveis em 30 de setembro de 2025, está contemplado o montante de R\$ 5.821 referente as ações indenizatórias individuais relacionadas ao evento climático, conforme detalhado na nota explicativa nº18.2.1 (c).

18.1.3 Processos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

- (a) Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A Companhia provisionou equivalente a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 30 de setembro de 2025 de R\$ 7.300 para o auto de infração, sendo o valor total de R\$ 18.250, (R\$ 7.106 e R\$ 17.765 em 31 de dezembro de 2024) e de R\$ 666 para a execução fiscal, sendo valor total de R\$ 3.332 (R\$ 646 e R\$ 3.205 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente.

18.1.4 Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduziu a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes. Com a conclusão do processo de digitalização, a Companhia reverteu o valor originalmente provisionado, no montante de R\$ 5.071, considerando custos médios mais eficientes em relação a projeção considerada inicialmente.

18.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Trabalhistas		299.639	282.088
Cíveis	17.2.1	1.813.402	1.623.299
Fiscais	17.2.2	1.449.270	1.379.495
Juizados especiais		416.120	453.515
Regulatórias	17.2.3	62.874	57.248
Total		4.041.305	3.795.645

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa no 17.2 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

18.2.1 Processos cíveis

- (a) **ENDICON** – Indenização por perdas e danos em função de rescisão contratual: a empreiteira, ex-fornecedora da Companhia, demanda indenização pela rescisão contratual. Alega que uma sucessão de eventos ocorridos nos contratos com a Companhia resultou em desequilíbrio econômico-financeiro e prejuízos materiais e morais. A Companhia apresentou sua defesa em dezembro de 2021 o processo encerrou a fase postulatória e deu início a fase probatória. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a condenação pode envolver uma eventual indenização. O valor envolvido neste processo atualizado em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 265.087 (R\$ 239.586 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) **Ação Cível Pública Paraty** - Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Município de Paraty em 28 de dezembro de 2005, alegando má qualidade do fornecimento de energia no Município. O processo determina a modernização da rede que serve o Município e está em fase de execução de sentença. Atualmente, o caso encontra-se suspenso para buscar tratativas de acordo. O valor envolvido no processo é indeterminado.
- (c) **Ações indenizatórias - Evento climático** – Em decorrência do evento climático do dia 18 de novembro de 2023, encontram-se ativas em 30 de setembro de 2025, 1.596 ações individuais e 18 ações coletivas ajuizadas por representantes Municipais e Ministério Público e Associação, nas quais são pleiteadas medidas liminares para providências de atendimento da distribuidora e fornecimento de informações e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, para as ações individuais citadas, temos o valor total do pedido de R\$ 56.341 sendo que R\$ 5.821 foram contabilizados, devido ao risco de perda provável. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores das causas, pois estão sujeitas a perícias e decisões para liquidação do valor.
- (d) **Ação Civil Pública Ministério Público Federal (Renovação da Concessão)**: Em 9 de setembro de 2025, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia, ANEEL e União Federal com pedido de liminar visando suspender o processo administrativo de prorrogação do contrato de concessão, sem licitação, alegando má prestação do serviço. O juiz de Niterói, onde a ação foi ajuizada, declinou da competência do processo e o remeteu a um juiz federal da capital do estado do Rio de Janeiro, sob o fundamento de que o pedido ultrapassa a região de Niterói, visto que a concessão da Enel Distribuição Rio abrange 66 municípios. Não há decisão judicial sobre o pedido de liminar, nem houve julgamento do mérito da ação. O valor envolvido na ação é indeterminado.

18.2.2 Processos fiscais

18.2.2.1 Temas federais

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Em março de 2024, após o pedido da Companhia para exclusão da multa e dos correspondentes juros e encargos, conforme previsto pela Lei 14.689/2023, a Fazenda reduziu o valor em 56%. A Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. Em 30 de setembro de 2025 o valor envolvido é de R\$ 678.951 (R\$ 660.279 em 31 de dezembro de 2024).

18.2.2.2 Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 591.171 em 30 de setembro de 2025 (R\$ 573.742 em 31 de dezembro de 2024), que tratam

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia; (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN") e; (viii) ICMS referente a clientes baixa renda, receitas não tributáveis e aplicação de multa por não escrituração de notas fiscais. Em setembro de 2025 um dos processos citados no item (iii) acima teve o débito reduzido de R\$ 29.300 para R\$ 3.600 definitivamente, após decisão favorável na esfera administrativa e a discussão segue quanto ao remanescente.

18.2.2.3 Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empacramento que juntos somam o valor de R\$ 19.893, em 30 de setembro de 2025 (R\$ 19.272 em 31 de dezembro de 2024). Quanto ao ISS há execução fiscal apresentada pelo município de Niterói, no montante de R\$ 3.832, em 30 de setembro de 2025 (R\$ 3.655 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia discute com os municípios de Rio Bonito e Itaboraí cobrança de Contribuição de Iluminação Pública. O total atualizado em 30 de setembro de 2025 de todos esses casos, já incluindo os novos, é de R\$ 105.427 (R\$ 80.869 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 30 de setembro de 2025 de R\$ 49.997 (R\$ 41.678 em 31 de dezembro de 2024).

18.2.3 Processos regulatórios

Auto de Infração - AI nº 006/2024: Em 15 de abril de 2024, a Companhia recebeu AI sobre a qualidade de fornecimento após evento climático ocorrido em 18 de novembro de 2023. A Companhia apresentou recurso contra penalidade. O recurso foi recebido e analisado pela Superintendência da ANEEL a qual não acatou os argumentos apresentados e manteve a aplicação da multa no montante original de R\$ 54.054 (R\$ 62.874 atualizado até 30 de setembro de 2025). Com a decisão da Superintendência, esse processo foi encaminhado para a Diretoria da ANEEL para decisão do colegiado. A Companhia realizou reunião com o Diretor relator deste processo, para reforçar os motivos para reforma da decisão. Frente os argumentos apresentados, e o cunho jurídico destes, a assessoria da Diretoria da ANEEL encaminhou o processo para a Procuradoria Federal requerendo parecer dos pontos abordados pela Companhia. Em 04 de julho de 2024, a Companhia encaminhou memorando a Procuradoria reforçando os pontos da sua tese. Processo aguarda parecer da Procuradoria para, posteriormente, ser elaborado o voto pelo Diretor e ser encaminhado para votação no colegiado da diretoria da ANEEL. Em 31 de agosto de 2024 a Companhia obteve uma resposta da Procuradoria Geral Federal sob o Parecer 00139/2024PF/ANEEL/PGF/AGU, que concluiu pelo conhecimento e provimento parcial do recurso interposto pela Companhia, em face do AI nº 006/2024, a decisão da Procuradoria fortalece nossos argumentos em relação à adoção de um enquadramento que resultaria em uma redução da multa. Além disso, é importante destacar que, em nossa interpretação, a condicionante de vantagem auferida difere da premissa adotada pela Diretoria da ANEEL. Em 22 de outubro de 2024, através do Despacho 3.198 a ANEEL negou provimento ao recurso apresentado pela Companhia, mantendo a aplicação da multa. Diante desta decisão, em 11 de novembro de 2024, foi proposta ação anulatória com pedido liminar para suspender a exigibilidade da multa no valor de R\$ 62.874 (valor atualizado em 30 de setembro de 2025), até que a ação fosse julgada. No dia 14 de novembro de 2024 foi concedida liminar determinando a suspensão da exigibilidade da multa. O processo ainda se encontra em fase probatória.

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, na forma do Art. 168 da Lei nº 6.404/76, por mera deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 9.500.000, mediante a emissão das ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do Art. 172 da Lei nº 6.404/76."

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 6.953.230, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	30.09.2025		31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	379.547.933	99,87%	379.406.698	99,83%
Outros	491.615	0,13%	632.850	0,17%
Total	380.039.548	100,00%	380.039.548	100,00%

19.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

19.3 Reserva de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

19.4 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes. Em 30 de setembro de 2025, todos os instrumentos derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa foram liquidados, dessa forma, não há saldo em outros resultados abrangentes.

	30.09.2025	30.09.2024
Outros resultados abrangentes - plano de pensão	(17.741)	34.919
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.032	(11.872)
Ganhos/perdas atuariais, líquido	(11.709)	23.047
Outros resultados abrangentes - derivativos	-	(13.119)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.460
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	-	(8.659)
Total	(11.709)	14.388

19.5 Dividendos a pagar

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de dividendos a pagar, no montante de R\$ 236.821. O referido saldo será liquidado conforme disponibilidade de caixa da Companhia e não é prevista incidência de qualquer atualização monetária.

20. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Prejuízo do período	(108.801)	(126.361)	(1.026)	(36.660)
Número de ações	380.039.548	380.039.548	264.584.569	264.584.569
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	(0,2863)	(0,3325)	(0,0039)	(0,1386)

21. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos trimestres:

	01.07.2025 a 30.09.2025			01.07.2024 a 30.09.2024		
	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	2.893.609	1.033.651	925.631	2.869.856	1.149.571	988.343
Industrial	3.154	20.897	134.401	3.945	27.057	132.087
Comercial	142.334	221.774	425.855	140.524	284.517	476.748
Rural	64.388	28.652	51.257	64.214	32.352	60.984
Poder público	14.518	86.160	156.237	14.217	95.430	158.840
Iluminação pública	2.563	129.548	70.581	2.599	130.472	65.166
Serviço público	3.258	17.612	41.069	3.437	22.849	60.205
Suprimento e revenda	13	103.184	14.008	12	102.203	15.761
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(953.789)	-	-	(1.075.272)
Total faturado	3.123.837	1.641.478	865.250	3.098.804	1.844.451	882.862
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	66.247	-	-	57.703
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	953.789	-	-	1.075.272
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	4.331	936.000	316.803	3.235	914.007	314.893
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(29.723)	-	-	(25.105)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	3.128.168	2.577.478	2.172.366	3.102.039	2.758.458	2.305.625
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	111.776	-	-	98.875
Subvenção baixa renda	-	-	94.931	-	-	67.251
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	651.045	-	-	312.329
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	61.474	-	-	52.839
Receita de construção	-	-	362.286	-	-	366.964
Outras receitas	-	-	159.360	-	-	118.415
Total de outras receitas	-	-	1.440.872	-	-	1.016.673
Receita operacional bruta	3.128.168	2.577.478	3.613.238	3.102.039	2.758.458	3.322.298
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(19.528)	-	-	(18.169)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(330.280)	-	-	(275.428)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(108.003)	-	-	(35.249)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(2.720)	-	-	(2.427)
ICMS	-	-	(505.817)	-	-	(525.890)
COFINS	-	-	(198.074)	-	-	(176.209)
PIS	-	-	(43.003)	-	-	(38.256)
ISS	-	-	(965)	-	-	(1.059)
Total deduções da receita	-	-	(1.208.390)	-	-	(1.072.687)
Total	3.128.168	2.577.478	2.404.848	3.102.039	2.758.458	2.249.611

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos períodos de nove meses:

	01.01.2025 a 30.09.2025			01.01.2024 a 30.09.2024		
	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	2.893.609	3.769.339	2.673.072	2.869.856	3.937.586	2.807.929
Industrial	3.154	69.120	463.887	3.945	89.542	406.905
Comercial	142.334	809.908	1.470.646	140.524	1.001.757	1.590.135
Rural	64.388	94.108	176.499	64.214	108.745	205.880
Poder público	14.518	326.349	543.474	14.217	342.187	523.933
Iluminação pública	2.563	379.679	204.430	2.599	393.548	199.926
Serviço público	3.258	54.000	138.157	3.437	95.743	218.027
Suprimento e revenda	13	309.416	44.293	12	311.940	44.125
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(3.553.490)	-	-	(3.719.350)
Total faturado	3.123.837	5.811.919	2.160.968	3.098.804	6.281.048	2.277.510
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	645.999	-	-	593.690
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	3.553.490	-	-	3.719.350
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	4.331	2.939.375	1.002.039	3.235	2.750.217	906.668
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(76.666)	-	-	(81.950)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	3.128.168	8.751.294	7.285.830	3.102.039	9.031.265	7.415.268
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	357.139	-	-	263.941
Subvenção baixa renda	-	-	247.882	-	-	211.629
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	792.402	-	-	364.048
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	294.971	-	-	250.638
Receita de construção	-	-	1.092.203	-	-	902.840
Outras receitas	-	-	281.466	-	-	189.938
Total de outras receitas	-	-	3.066.063	-	-	2.183.034
Receita operacional bruta	3.128.168	8.751.294	10.351.893	3.102.039	9.031.265	9.598.302
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(55.564)	-	-	(51.931)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(771.557)	-	-	(845.737)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(146.084)	-	-	(35.192)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(8.023)	-	-	(7.366)
ICMS	-	-	(1.749.787)	-	-	(1.715.516)
COFINS	-	-	(530.826)	-	-	(501.550)
PIS	-	-	(115.245)	-	-	(108.812)
ISS	-	-	(2.906)	-	-	(3.557)
Total deduções da receita	-	-	(3.379.992)	-	-	(3.269.661)
Total	3.128.168	8.751.294	6.971.901	3.102.039	9.031.265	6.328.641

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
01.07.2025 a 30.09.2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



22. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

Nos trimestres:

01.07.2025 a 30.09.2025					
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais
Pessoal		(48.487)	(13.722)	-	-
Material		3.079	940	-	-
Serviços		(169.880)	(13.354)	-	-
Serviços - partes relacionadas	25	-	(13.235)	-	-
Energia elétrica comprada para revenda		(996.212)	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	25	(14.600)	-	-	-
Encargos do uso do sistema de transmissão		(306.817)	-	-	-
Seguros		(7.069)	(25)	-	-
Depreciação e amortização		(244.600)	(14.114)	-	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(53.221)	-
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(69.929)	-
Custo de construção		(362.286)	-	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(47.447)	-	-
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	38.583
Outras receitas (despesas) operacionais		(22.792)	9.150	-	12.814
Total		(2.169.664)	(91.807)	(123.150)	51.397

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
01.07.2024 a 30.09.2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



01.07.2024 a 30.09.2024

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(36.578)	(8.148)	-	-	(44.726)
Material		(1.601)	(1.030)	-	-	(2.631)
Serviço de terceiros		(129.536)	(8.403)	-	-	(137.939)
Serviço de terceiros - partes relacionadas	25	-	(9.529)	-	-	(9.529)
Energia elétrica comprada para revenda		(799.377)	-	-	-	(799.377)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	25	(42.372)	-	-	-	(42.372)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(331.165)	-	-	-	(331.165)
Seguros		(444)	(70)	-	-	(514)
Depreciação e amortização		(196.685)	(7.002)	-	-	(203.687)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	8.952	-	8.952
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(53.608)	-	(53.608)
Custo de construção		(366.964)	-	-	-	(366.964)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		322	(33.601)	-	-	(33.279)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	33.706	33.706
Outras receitas (despesas) operacionais		(39.906)	1.821	-	(1.337)	(39.422)
Total		(1.944.306)	(65.962)	(44.656)	32.369	(2.022.555)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
01.01.2025 a 30.09.2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos períodos de nove meses:

01.01.2025 a 30.09.2025					
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais
Pessoal		(150.159)	(28.706)	-	-
Material		(13.664)	-	-	-
Serviços		(469.623)	(48.119)	-	-
Serviços - partes relacionadas	25	-	(31.565)	-	-
Energia elétrica comprada para revenda		(2.596.548)	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	25	(46.231)	-	-	-
Encargos do uso do sistema de transmissão		(914.586)	-	-	-
Seguros		(14.524)	(53)	-	-
Depreciação e amortização		(668.749)	(45.528)	-	-
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(142.070)	-
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(200.282)	-
Custo de construção		(1.092.203)	-	-	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(114.635)	-	-
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	83.327
Outras receitas (despesas) operacionais		(69.676)	22.876	-	(2.251)
Total		(6.035.963)	(245.730)	(342.352)	81.076

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
01.01.2024 a 30.09.2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



01.01.2024 a 30.09.2024						
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(119.944)	(29.441)	-	-	(149.385)
Material		(10.697)	(1.392)	-	-	(12.089)
Serviços		(437.383)	(55.209)	-	-	(492.592)
Serviços - partes relacionadas	25	-	(28.588)	-	-	(28.588)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.087.010)	-	-	-	(2.087.010)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	25	(42.372)	-	-	-	(42.372)
Encargos do uso do sistema de transmissão		(1.007.781)	-	-	-	(1.007.781)
Seguros		(444)	(70)	-	-	(514)
Depreciação e amortização		(550.554)	(28.261)	-	-	(578.815)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(103.149)	-	(103.149)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(182.542)	-	(182.542)
Custo de construção		(902.840)	-	-	-	(902.840)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		322	(133.572)	-	-	(133.250)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	90.013	90.013
Outras receitas (despesas) operacionais		(73.464)	19.374	-	5.711	(48.379)
Total		(5.232.167)	(257.159)	(285.691)	95.724	(5.679.293)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



22.1 Custo do serviço de energia elétrica

22.1.1 Energia elétrica comprada para revenda

		01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
	Nota				
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		(95.812)	(244.099)	(66.899)	(144.909)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's		(592.950)	(1.489.975)	(508.870)	(1.288.767)
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's - partes relacionadas	25	(11.864)	(38.263)	(11.354)	(35.006)
Regime de Contas de Garantia - CCGF		(66.705)	(204.718)	(71.561)	(213.497)
Regime de Contas de Garantia - CCGF - partes relacionadas	25	(2.736)	(7.968)	(2.526)	(7.366)
Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear		(28.766)	(85.949)	(31.778)	(97.322)
Risco hidrológico		(125.247)	(170.382)	(65.168)	(66.966)
Exposição involuntária		-	(123.933)	-	(27.366)
Itaipu Binacional		(104.008)	(323.129)	(113.400)	(311.691)
Geração distribuída	22.1.1	(15.043)	(23.812)	-	-
Outros		(519)	(1.518)	(471)	(1.466)
(-) Crédito de PIS e COFINS		63.065	161.648	56.178	142.675
		(980.585)	(2.552.098)	(815.849)	(2.051.681)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(30.227)	(90.681)	(25.900)	(77.701)
Total		(1.010.812)	(2.642.779)	(841.749)	(2.129.382)

22.1.1 A Geração Distribuída - GD permite ao consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa.

22.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão

	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Uso da rede elétrica	(216.826)	(625.306)	(192.142)	(626.766)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS / EER	(52.587)	(141.573)	(85.938)	(214.980)
Encargos de conexão	(16.340)	(47.363)	(15.335)	(42.750)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(76.112)	(238.610)	(81.738)	(238.384)
(-) Crédito de PIS e COFINS	55.048	138.266	43.988	115.099
Total	(306.817)	(914.586)	(331.165)	(1.007.781)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



23. Resultado financeiro

	Nota	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras		3.379	13.223	8.105	23.566
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes		8.642	28.303	9.407	28.762
Dívida - marcação a mercado		-	596	2.566	2.566
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado		-	-	(2.750)	1.457
Juros fundo de pensão		2.825	2.825	-	-
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		25.064	58.965	14.948	72.807
Atualização monetária dos depósitos judiciais		2.049	6.860	1.009	4.379
Atualização de créditos tributários	23.1	(2.173)	30.071	1.379	5.713
Outras receitas financeiras		(693)	1.595	1.019	1.392
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(4.255)	(13.364)	(3.646)	(12.456)
		34.838	129.074	32.037	128.186
Despesas financeiras					
Dívida - marcação a mercado		-	-	1.675	-
Encargos de dívidas		(3.817)	(4.389)	(1.170)	(3.301)
Variação monetária de processos judiciais e outros		(35.206)	(123.702)	(21.529)	(69.256)
Encargos fundo de pensão		(4.390)	(10.575)	(7.163)	(21.488)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado		-	(524)	-	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros		-	(4.798)	(37.870)	(115.065)
Encargos de mútuos		(196.754)	(513.462)	(160.551)	(466.856)
Cartas de fiança e seguros em garantia		(1.897)	(7.615)	(1.435)	(6.084)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(2.506)	(8.562)	(8.533)	(34.056)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		(10.223)	(47.888)	(10.723)	(66.289)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(5.390)	(19.441)	(4.671)	(10.950)
Deságio financeiro - subsídio CDE	8.2	(12.802)	(12.802)	-	-
Outras despesas financeiras		(19.787)	(69.292)	(8.269)	(34.862)
		(292.772)	(823.050)	(260.239)	(828.207)
Variações cambiais líquidas					
Variações cambiais de dívidas		-	25.030	(36.306)	(179.493)
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		-	(25.050)	36.304	179.482
Outras variações cambiais		79	(2.611)	(287)	(727)
		79	(2.631)	(289)	(738)
Total		(257.855)	(696.607)	(228.491)	(700.759)

23.1 Contempla o saldo de R\$ 24.136 da atualização dos créditos tributários relacionados ao tema do indébito tributário (tema 962), conforme detalhado na nota explicativa nº 24.1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



24. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

Nos trimestres:

	01.07.2025 a 30.09.2025		01.07.2024 a 30.09.2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Diferidos	56.936	20.494	304	105
	56.936	20.494	304	105
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(186.231)	(186.231)	(1.435)	(1.435)
Adições:				
Gratificação a administradores	185	185	215	215
Perdão de dívida	-	-	5	5
Correção Monetária Especial - CME	-	32	-	46
Perdas indedutíveis no contas a receber	1.132	1.132	-	-
Multas indedutíveis	7.340	7.340	-	-
Receita financeira - Juros Selic	(49.894)	(49.894)	-	-
Total das adições	(41.237)	(41.205)	220	266
Base de cálculo	(227.468)	(227.436)	(1.215)	(1.169)
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	56.936	20.494	304	105
Total	56.936	20.494	304	105
Alíquota efetiva	30,57%	11,00%	21,18%	7,32%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

Nos períodos de nove meses:

	01.01.2025 a 30.09.2025		01.01.2024 a 30.09.2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Diferidos	103.915	37.399	10.856	3.895
Total	103.915	37.399	10.856	3.895
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(267.675)	(267.675)	(51.411)	(51.411)
Adições:				
Gratificação a administradores	972	972	643	643
Perdão de dívida	-	-	7.345	7.345
Correção Monetária Especial - CME	-	112	-	143
Perdas indedutíveis no contas a receber	16.199	16.199	-	-
Multas indedutíveis	10.166	10.166	-	-
Receita financeira - Juros Selic	(175.045)	(175.045)	-	-
Total das adições	(147.708)	(147.596)	7.988	8.131
Base de cálculo	(415.383)	(415.271)	(43.423)	(43.280)
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	103.915	37.399	10.856	3.895
Total	103.915	37.399	10.856	3.895
Alíquota efetiva	38,82%	13,97%	21,12%	7,58%

(b) Imposto diferido:

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
Nota	30.09.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	476.812	365.208	111.604	97.135	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	4.815	3.565	1.250	95	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.051.986	925.081	126.905	42.675	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	288.180	264.441	23.739	11.339	-	-
Benefício pós-emprego	214.392	208.360	-	-	6.032	(11.872)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(54.952)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	956	-	-	(956)	(12.385)
Outras provisões	44.376	82.832	(38.456)	3.674	-	-
	2.080.561	1.850.443	225.042	99.966	5.076	(24.257)
Tributos diferidos passivos:						
Atualização do ativo financeiro da concessão	(953.791)	(853.500)	(100.291)	(85.215)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - Resultado	-	(16.563)	16.563	-	-	-
Outros	(288)	(288)	-	-	-	-
	(954.079)	(870.351)	(83.728)	(85.215)	-	-
Total	1.126.482	980.092	141.314	14.751	5.076	(24.257)

24.1 Em dezembro de 2024, a Companhia amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou (i) imposto a compensar no montante de R\$ 78.783, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, e (ii) R\$ 536.631 de tributo diferido ativo referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, ambos relacionados com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 15, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de débitos tributários (Tema 962). A Companhia em 2024, após discussões setoriais e pareceres jurídicos reavaliou o êxito obtido em ação judicial acerca do tema.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, referente ao imposto a compensar, a Companhia registrou R\$ 24.136 de atualização financeira. Quanto ao tributo diferido ativo, não ocorreram compensações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



25. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com o Módulo V da Resolução Normativa nº 948/2021.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

25.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	30.09.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
		Passivo	Passivo	Despesas	Receitas (despesas)
Dividendos a pagar	Indeterminado	(236.821)	(236.821)	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	Março de 2029	(15.907)	(21.761)	(7.665)	(6.979)
Compartilhamento de recursos humanos	Fevereiro de 2024	(13.365)	-	(1.147)	1.151
Mútuo	Vide nota 15	(4.721.576)	(3.772.318)	(480.742)	(415.881)
Prestação de serviços técnicos e gestão	Dezembro de 2025	(166.263)	(138.242)	(28.021)	(28.588)
Contratos de Prestação de Serviços Técnicos de TI	Junho de 2030	(135.644)	(104.492)	-	(19.695)
Comissão de fiança	Fevereiro de 2025	-	(297)	(90)	(496)
Contrato de Prestação de Serviços Técnicos	Fevereiro de 2030	(3.521)	-	(3.521)	-
Administrativos, Financeiros e de Suporte Contábil					
Total		(5.293.097)	(4.273.931)	(521.186)	(470.488)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

25.2 Empresas de controle comum

		30.09.2025	31.12.2024	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Natureza da operação	Vigência	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Benefício pós-emprego					
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	Até o final da concessão	(195.907)	(194.392)	(2.845)	(23.522)
		(195.907)	(194.392)	(2.845)	(23.522)
Suprimento de energia - CCEAR					
EGP Cabeça de Boi S.A.	Até dezembro de 2047	(118)	(161)	(900)	(854)
EGP Fazenda S.A.	Até dezembro de 2047	(89)	(119)	(602)	(571)
EGP Morro do Chapéu I Eólica	Até o final da concessão	(145)	(181)	(1.168)	(1.114)
EGP Morro do Chapéu II Eólica	Até o final da concessão	(156)	(190)	(1.084)	(1.034)
EGP Mourão S.A.	Até janeiro de 2046	(27)	(24)	(228)	(211)
EGP Paranapanema S.A.	Até janeiro de 2046	(95)	(84)	(809)	(748)
EGP Salto Apicás S.A.	Até dezembro de 2047	(194)	(266)	(1.484)	(1.409)
EGP Ventos Santa Angela 01		(155)	(199)	(1.128)	(1.085)
EGP Ventos Santa Angela 02		(162)	(205)	(1.166)	(1.120)
EGP Ventos Santa Angela 03		(158)	(202)	(1.145)	(1.101)
EGP Ventos Santa Angela 04		(150)	(194)	(1.097)	(1.055)
EGP Ventos Santa Angela 05		(159)	(205)	(1.163)	(1.119)
EGP Ventos Santa Angela 06		(161)	(206)	(1.172)	(1.126)
EGP Ventos Santa Angela 07		(116)	(148)	(840)	(808)
EGP Ventos Santa Angela 08		(145)	(187)	(1.058)	(1.018)
EGP Ventos Santa Angela 09		(141)	(183)	(1.038)	(999)
EGP Ventos Santa Angela 10		(136)	(176)	(996)	(959)
EGP Ventos Santa Angela 11	Até dezembro de 2042	(129)	(167)	(943)	(908)
EGP Ventos Santa Angela 14		(136)	(175)	(990)	(952)
EGP Ventos Santa Angela 15		(151)	(194)	(1.099)	(1.057)
EGP Ventos Santa Angela 17		(148)	(191)	(1.081)	(1.040)
EGP Ventos Santa Angela 19		(138)	(177)	(1.005)	(966)
EGP Ventos Santa Angela 20		(155)	(199)	(1.129)	(1.086)
EGP Ventos Santa Angela 21		(136)	(175)	(994)	(957)
EGP Ventos Santa Esperança 13		(105)	(126)	(720)	(686)
EGP Ventos Santa Esperança 15		(103)	(124)	(710)	(677)
EGP Ventos Santa Esperança 17		(96)	(117)	(670)	(640)
EGP Volta Grande S.A.	Até fevereiro de 2047	(811)	(716)	(6.931)	(6.407)
EGP Zeus II-Delfina VIII	Até dezembro de 2042	(152)	(188)	(1.072)	(1.026)
Enel Trading Brasil S.A.	Até dezembro de 2026	(907)	(1.103)	(11.833)	(9.640)
		(5.474)	(6.582)	(46.255)	(42.373)
Compra e venda de estoque					
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Até dezembro de 2025	-	(1.176)	-	-
		-	(1.176)	-	-
Comissão (propaganda e publicidade - venda em fatura de energia)					
Enel X Brasil S.A.	Maio de 2028	-	-	657	726
		-	-	657	726
Compartilhamento de recursos humanos					
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.		2.928	2.928	-	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Fevereiro de 2024	781	781	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.		(170)	(170)	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE		2.404	2.404	-	-
		5.943	5.943	-	-
Repasse de custos					
Enel X Brasil S.A.	Até maio de 2028	(562)	(498)	-	-
		(562)	(498)	-	-
Compartilhamento de infraestrutura					
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Março de 2029	(1.874)	(571)	(1.303)	(581)
		(1.874)	(571)	(1.303)	(581)
Reembolso de despesas de viagens					
Endesa S.A.	Até dezembro de 2025	(232)	(237)	-	-
		(232)	(237)	-	-
Reembolso expatriados					
Enel Italia SPA		-	(653)	-	208
Enel Grids S.r.l.	Até dezembro de 2025	(925)	-	(29)	-
Enel SPA		(586)	-	2	-
Enel Global Infrastructure And Networks S.r.l.		-	(932)	-	-
		(1.511)	(1.585)	(27)	208
Mútuo					
EGP Cachoeira Dourada S.A.		(51.483)	(46.309)	(5.174)	(3.773)
Enel CIEN S.A.	Vide nota 15	(263.996)	(236.591)	(27.405)	(19.474)
Enel Finance International NV		-	(313.481)	2.815	(168.953)
ENEL SPA		-	-	(12)	-
		(315.479)	(596.381)	(29.776)	(192.200)
Total		(515.096)	(795.479)	(79.549)	(257.742)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2025

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Suprimento de energia – CCEAR: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Compartilhamento: O contrato de compartilhamento decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 do Módulo V da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 e reembolso do compartilhamento de recursos humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 1.373, publicado em 16 de maio de 2025. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuos: As informações sobre os contratos de mútuos, encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 15.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos semestres findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	01.07.2025 a 30.09.2025	01.01.2025 a 30.09.2025	01.07.2024 a 30.09.2024	01.01.2024 a 30.09.2024
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	1.768	2.757	1.143	1.659
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	289	433	117	174
Total	2.057	3.190	1.260	1.833

26. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



26.1 Instrumentos financeiros

26.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			30.09.2025		31.12.2024	
	Categoria	Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	132.384	132.384	421.090	421.090
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	133	133	122	122
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	2.621.058	2.621.058	2.762.684	2.762.684
Créditos a receber - subvenção e outros	Custo amortizado	2	163.411	163.411	188.024	188.024
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	319.647	319.647	315.309	315.309
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado	2	171.085	171.085	-	-
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Valor justo por meio do resultado	3	1.400.957	1.400.957	950.857	950.857
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio do resultado	3	9.092.524	9.092.524	8.348.889	8.348.889
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	-	-	76.903	76.903
Total do ativo			13.901.199	13.901.199	13.063.878	13.063.878
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.567.967	1.567.967	1.345.459	1.345.459
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	5.240.872	5.249.871	4.055.223	4.024.976
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	-	-	681.091	674.319
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	182.771	182.771	127.816	127.816
Consumidores - desconto CDE	Custo amortizado	2	235.764	235.764	-	-
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	24.640	24.640	314.511	314.511
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	-	-	13.100	13.100
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	-	-	17.305	17.305
Total do passivo			7.252.014	7.261.013	6.554.505	6.517.486

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 26.2 Hierarquia do valor justo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(294.982)
Juros provisionados	(115.065)
Variação cambial	179.482
Marcação a mercado no resultado	1.457
Marcação a mercado no patrimônio líquido	36.425
Recebimento de principal	(4.440)
Pagamento de juros	97.623
Saldo em 30 de setembro de 2024	(99.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	46.498
Juros provisionados	(4.798)
Variação cambial	(25.050)
Marcação a mercado no resultado	(524)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	2.811
Recebimento de principal	(54.401)
Pagamento de juros	35.464
Saldo em 30 de setembro de 2025	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



26.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macro categorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes ou do descumprimento das obrigações contratuais por parte de uma contraparte em um instrumento financeiro.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii), ativo financeiro setorial; (iv) ativo contratual (infraestrutura em construção); e (v) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2025 é:

	Nota	30.09.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	132.384	421.090
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	133	122
Contas a receber de clientes	b.1.2	2.621.058	2.762.684
Depósitos vinculados	b.1.1	319.647	315.309
Ativo financeiro setorial	b.1.3	638.819	280.651
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	b.1.3	1.400.957	950.857
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	9.092.524	8.348.889
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.4	-	46.498
Total		14.205.522	13.126.100

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 30 de setembro de 2025, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.09.2025	31.12.2024
AAA	107.145	407.987
AA	-	4.405
AA+	-	1.808
Total	107.145	414.200

Instrumentos financeiros derivativos	30.09.2025	31.12.2024
AAA	-	16.813
AA-	-	29.685
Total	-	46.498

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o saldo de contas a receber, utilizando uma ferramenta de monitoramento de crédito. As informações geradas por essa ferramenta são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o perfil de inadimplência e as ações corretivas necessárias.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	30.09.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	5.240.872	4.736.314
Instrumentos financeiros derivativos	-	(46.498)
Dívida	5.240.872	4.689.816
Caixa e equivalentes de caixa	(132.384)	(421.090)
Títulos e valores mobiliários	(133)	(122)
Dívida líquida (a)	5.108.355	4.268.604
Patrimônio líquido (b)	8.308.647	8.442.090
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	38,07%	33,58%

O índice de endividamento em 30 de setembro de 2025 é de 38,07% (33,58% em 31 de dezembro de 2024), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora o gerenciamento do fluxo de caixa, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de controle de risco financeiro, onde há limite anual estabelecido para verificar o nível mínimo de caixa para asseguarção dos recursos financeiros. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho do fluxo de caixa e as ações corretivas necessárias.

A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 80.000. Adicionalmente, a Companhia tem acesso direto a linha de crédito compartilhada, contratada pela Enel Brasil com banco de primeira linha, no valor máximo de R\$ 400.000 para a distribuidora.

A Companhia conta com o apoio financeiro do Grupo Enel, por meio da Enel Finance International (EFI), da Enel Brasil e de várias de suas afiliadas, disponibilizando recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências prévias da ANEEL, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021.

A Companhia solicitou ao Regulador autorização para renovação das operações de mútuos financeiros que vencem em 2025, com a intenção de manter o suporte financeiro direto do controlador, para 2025 e anos posteriores. Contudo, em 21 de outubro de 2025, por meio de deliberação de sua Diretoria Colegiada, a Aneel negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Enel Distribuição Rio, indeferindo o pedido de anuência prévia quanto ao aditamento e pedido de refinanciamento, com recursos do Grupo Enel, dos contratos de mútuos que vencem em 2025 e que atingiram o limite de prazo de 48 meses.

A Companhia está avaliando as possíveis opções financeiras para viabilizar o refinanciamento e reperfilamento dos mútuos em operações de crédito com terceiros, com vistas à preservação da estabilidade financeira da Companhia e à continuidade de sua estratégia de gestão financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Para a realização de financiamentos com bancos e captações no mercado de capitais, a Companhia pode utilizar, quando necessário e conveniente, a garantia da Enel Brasil e, eventualmente, de outras empresas do Grupo.

A capacidade de suporte do Grupo Enel à Companhia é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 30 de setembro de 2025 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo classificada como AAA (bra) pela Fitch.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	total
Fornecedores	13	147.950	23.246	41.640	8.905	221.741
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	15	-	-	230.347	-	230.347
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	1.167.567	2.085.420	1.515.702	579.403	5.348.092
Total		1.315.517	2.108.666	1.787.689	588.308	5.800.180

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A área de Controle de Riscos da Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros e/ou outros indexadores, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de juros e da utilização de uma ferramenta de monitoramento das dívidas, onde há limite anual estabelecido. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de juros e as ações corretivas necessárias.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia possuía 100% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI).

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários

	30.09.2025	%	31.12.2024	%
Selic	133	0,12%	118	0,03%
CDI	107.012	99,88%	414.082	99,97%
Total	107.145	100,00%	414.200	100,00%

Ativo indenizável

	30.09.2025	%	31.12.2024	%
IPCA	9.092.524	100,00%	8.348.889	100,00%
Total	9.092.524	100,00%	8.348.889	100,00%

Empréstimos, financiamentos e derivativos

	30.09.2025	%	31.12.2024	%
CDI	5.240.872	100,00%	4.686.996	99,94%
Taxa fixa	-	0,00%	2.820	0,06%
Total	5.240.872	100,00%	4.689.816	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia pode, eventualmente, adotar como estratégia a diversificação de indexadores e, ocasionalmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 30 de setembro de 2025 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		Projeção receitas financeiras - um ano				
Ativos financeiros	30.09.2025	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Selic		7,17%	10,75%	14,33%	17,91%	21,50%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	133	10	14	19	24	29
CDI		7,17%	10,75%	14,33%	17,91%	21,50%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	107.012	7.673	11.504	15.335	19.166	23.008
IPCA		1,82%	2,73%	3,64%	4,55%	5,46%
Ativo financeiro indenizável (concessão)	9.092.524	165.484	248.226	330.968	413.710	496.452
Total	9.199.669	173.167	259.744	346.322	432.900	519.489

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 15.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

Dívidas	30.09.2025	Projeção despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Mútuo Ampla - Enel BR 55	(959.866)	(75.334)	(102.669)	(129.182)	(154.924)	(179.939)
Mútuo Ampla - Enel BR 59	(102.234)	(8.410)	(11.886)	(15.257)	(18.530)	(21.712)
Mútuo Ampla - Enel BR 60	(40.450)	(3.428)	(4.804)	(6.138)	(7.433)	(8.692)
Mútuo Ampla - Enel BR 61	(18.875)	(404)	(566)	(723)	(876)	(1.024)
Mútuo Ampla - Enel BR 62	(40.286)	(3.374)	(4.744)	(6.072)	(7.363)	(8.616)
Mútuo Ampla - Enel BR 63	(94.070)	-	-	-	-	-
Mútuo Ampla - Enel BR 64	(60.364)	-	-	-	-	-
Mútuo Ampla - Enel BR 65	(464.981)	(25.371)	(35.989)	(46.286)	(56.283)	(65.997)
Mútuo Ampla - Enel BR 66	(338.660)	(21.518)	(30.207)	(38.634)	(46.816)	(54.766)
Mútuo Ampla - Enel BR 67	(39.840)	(3.277)	(4.632)	(5.945)	(7.221)	(8.461)
Mútuo Ampla - Enel BR 68	(66.361)	(5.459)	(7.715)	(9.903)	(12.028)	(14.093)
Mútuo Ampla - Enel BR 69	(30.565)	(2.590)	(3.630)	(4.638)	(5.617)	(6.568)
Mútuo I Ampla - CIEN	(93.194)	(7.257)	(10.424)	(13.496)	(16.479)	(19.378)
Mútuo II Ampla - CIEN	(118.720)	(9.222)	(13.256)	(17.169)	(20.969)	(24.662)
Mútuo III Ampla - CIEN	(52.081)	(374)	(524)	(668)	(809)	(945)
Mútuo II Ampla - CDSA	(51.483)	(352)	(500)	(643)	(781)	(916)
Mútuo Ampla - Enel BR 70	(63.322)	(5.304)	(7.456)	(9.545)	(11.573)	(13.543)
Mútuo Ampla - Enel BR 71	(63.443)	(1.318)	(1.863)	(2.391)	(2.904)	(3.403)
Mútuo Ampla - Enel BR 72	(1.523.045)	(32.203)	(45.289)	(57.979)	(70.298)	(82.267)
Mútuo Ampla - Enel BR 73	(63.363)	(1.324)	(1.868)	(2.396)	(2.909)	(3.407)
Mútuo Ampla - Enel BR 74	(126.185)	(3.494)	(4.939)	(6.341)	(7.701)	(9.023)
Mútuo Ampla - Enel BR 76	(111.470)	(3.866)	(5.462)	(7.009)	(8.511)	(9.970)
Mútuo Ampla - Enel BR 77	(39.088)	(251)	(363)	(471)	(576)	(679)
Mútuo Ampla - Enel BR 78	(127.934)	(818)	(1.184)	(1.539)	(1.884)	(2.218)
Mútuo Ampla - Enel BR 79	(55.573)	(356)	(515)	(669)	(819)	(964)
Mútuo Ampla - Enel BR 80	(143.627)	(1.845)	(2.668)	(3.465)	(4.239)	(4.991)
Mútuo Ampla - Enel BR 81	(38.473)	(496)	(716)	(929)	(1.137)	(1.338)
Mútuo Ampla - Enel BR 82	(109.501)	(1.368)	(1.995)	(2.603)	(3.193)	(3.766)
MUFG 4131 - AMPLA I	(203.817)	(14.375)	(20.738)	(26.910)	(32.902)	(38.725)
Total	(5.240.871)	(233.388)	(326.602)	(417.001)	(504.775)	(590.063)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas.

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	30.09.2025
Fornecedores (Itaipu)	20.087	106.664
Passivo líquido exposto	20.087	106.664

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

A área de Controle de Riscos da Companhia também monitora as flutuações nas taxas de câmbio, de forma consolidada a nível Brasil, através de procedimentos regidos pela política de cobertura das taxas de câmbio. As informações geradas são reportadas mensalmente à diretoria por meio de um reporte de riscos, assegurando que a alta gestão esteja constantemente atualizada sobre o desempenho das flutuações das taxas de câmbio e as ações corretivas necessárias.

(b.4.3) Risco de preço Regulação**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

(c) Outros riscos**(c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 30 de setembro de 2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D de energia existente e de energia nova.

27. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030
Compra de energia	6.330.889	2.434.453	2.481.501	2.613.840	32.377.466

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao período findo em 30 de setembro de 2025, que foram homologados pela ANEEL.

28. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	12.074.880	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	115.775
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas 30.09.2025
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição Rio

29. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

29.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	(257.507)	(303.913)
Total	(257.507)	(303.913)

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Apresentados nas atividades operacionais	(19.679)	(76.239)
Total	(19.679)	(76.239)

29.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa	Nota	01.01.2025 a 30.09.2025	01.01.2024 a 30.09.2024
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	15	668.516	990.776
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	15	(636.505)	(1.149.483)
Pagamento de arrendamento (principal)		(41.583)	(27.401)
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)		54.401	4.440
Total		44.829	(181.668)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
30 de setembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



30. Eventos subsequentes

30.1 Captação empréstimo Deustsche Bank

Em 10 de outubro de 2025, a Companhia com a necessidade de capital de giro, realizou uma operação com o Deutsche Bank S.A, conforme detalhado a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Deutsche Bank S.A.	210.000	10/10/25	12/04/27	CDI + 0,93%	Bullet	Semianual	Capital de giro	Enel Brasil

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a. objeto da projeção

Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em setembro do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes da área de atuação da Companhia. As medidas, que começaram a ser implementadas de ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 6,1 bilhões no período de 2025 a 2027 em toda a área de concessão, representando um crescimento de 74% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 3,5 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação, neste período, de 2.045 novos colaboradores para atuar, principalmente, na operação em campo até 2027.

Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente pela Enel Rio, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

No período de 2025 a 2027, será dada a sequência na previsão de realização de 1,3 milhão de podas, inspeções em mais de 120 mil km de redes de baixa e médias tensão. Além disso, estão em curso a modernização, construção e ampliação de subestações que trarão benefícios aos consumidores. A Companhia também irá construir mais de 89 km de rede de alta tensão para apoiar os novos pontos de suprimentos. Além da alta tensão, até 2027, cerca de 210 km de média e baixa tensão serão substituídos, sendo instaladas em parte deles as chamadas redes compactas, mais resistentes. De material, mais de 700 equipamentos de tele controles serão instalados tornando o serviço mais eficiente.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Início em 2025 até o final de 2027 com validade até a materialização do total de investimentos, substituição ou atualização por nova projeção.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Premissas baseadas no plano estratégico da Holding e controladora indireta (Enel SpA e Enel Americas respectivamente), que incluem os investimentos por região previstos para o triênio 2025-2027.

Do ponto de vista da Companhia, tais premissas podem ser influenciadas principalmente pelo desenvolvimento da operação, incluindo a supervisão e execução dos contratos de serviços.

Dentre as variáveis que escapam do controle da Administração, destacam-se: (i) fatores macroeconômicos, tais como câmbio, taxa de juros e inflação; (ii) eventuais mudanças regulatórias locais; (iii) condições de mercado, incluindo preço de insumos, serviços e matérias-primas, prestadores de serviços, fornecedores e demais riscos do item 4.1 do Formulário de Referência.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O plano tem o respaldo dos acionistas controladores da Companhia e prevê investimentos de R\$ 6,1 bilhões no período de 2025 a 2027, em toda a área de concessão, para uma melhoria contínua do fornecimento de energia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

e. Acompanhamento das projeções

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*								
	3T25	3T24	Var. %	2T25	Var. % (1)	9M25	9M24	Var. % (2)
Manutenção	131.633	94.982	38,6%	129.996	1,3%	384.402	277.443	38,6%
Crescimento	154.833	104.536	48,1%	95.324	62,4%	332.559	222.485	49,5%
Novas Conexões	118.049	124.662	-5,3%	115.116	2,5%	329.568	385.476	-14,5%
Financiado pela Companhia	404.515	324.180	24,8%	340.436	18,8%	1.046.529	885.404	18,2%
Financiado pelo Cliente	5.306	2.380	>100,0%	249	>100,0%	18.070	6.570	>100,0%
Total	409.821	326.560	25,5%	340.685	20,3%	1.064.598	891.974	19,4%

(1) Variação entre 3T25 e 2T25; (2) Variação entre 9M25 e 9M24

Durante o 1T25, o Grupo implementou mudanças relacionadas à mudança de taxonomia de algumas rubricas de investimentos. Desta forma, os números de 2024 foram reclassificados para fins de comparação. Cabe destacar, que o montante total permanece o mesmo alterando apenas os valores entre classes.

A Companhia investiu no 3T25 o total de R\$ 409,8 milhões, montante 25,5% ou R\$ 83,3 milhões superior ao valor registrado no 3T24. Do volume investido no 3T25. Do total investido no trimestre, destacam-se: (i) R\$ 131,6 milhões investidos para atividades de manutenção, sendo R\$ 81,4 milhões para as atividades relacionadas a manutenção corretiva; (ii) R\$123,4 milhões investido para novas conexões (R\$ 118,1 milhões de recursos próprios e R\$ 5,3 milhões financiados pelos clientes); e (iii) na parte de crescimento foram investidos R\$ 154,8 milhões, com destaque com destaque para atividades voltadas ao programa de Qualidade para melhoria dos serviços (R\$ 63,9 milhões), e ao programa de redução de perdas, programa de investimento específico destinado a reduzir as perdas de rede justificadas por avaliações técnicas por meio de inspeções de fraude (R\$ 23,7 milhões).

No acumulado do ano, a Companhia investiu no 9M25 o total de R\$ 1,1 bilhão, montante 19,4% superior ao valor registrado no mesmo período do ano anterior.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, datados de 26 de fevereiro de 2025 e 24 de outubro de 2024, respectivamente, os quais, não contiveram nenhuma modificação. Os valores correspondentes relativos a Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de outubro de 2025.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2025.

Francesco Moliterni
Diretor-Presidente

Michelle Rodrigues Nogueira
Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Francesco Moliterni
Diretor de Relações Institucionais

Francesco Moliterni
Diretor de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

José Luis Salas Rincon
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretor de Compras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 33.050.071/0001-58, com Avenida Oscar Niemeyer nº 2000, Bloco 01, Sala 701, Santo Cristo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, das disposições constantes nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forvis Mazars Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias da Companhia referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2025.

Francesco Moliterni
Diretor-Presidente

Michelle Rodrigues Nogueira
Diretora de Administração, Finanças, Controle e Relação com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Francesco Moliterni
Diretor de Relações Institucionais

Francesco Moliterni
Diretor de Comunicação

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídica

José Luis Salas Rincon
Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretor de Compras